



UNIDADE LOCAL EMATER ALEXANDRE

GUSMÃO

COMUNIDADE ORLA DO DESCOBERTO



IDCR DE 56 UNIDADES PRODUTIVAS DAS 73 EXISTENTES

RESPONSÁVEIS:

Equipe da Unidade Local do Alexandre Gusmão

sergioorsi@ig.com.br

Wallysson José Fernandes Júnior (estagiário)

Cássia Gabrielle de Queiroz Roriz

Brasília 29/07/2010 (Versão 26/04/2011)

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	3
II.	RESGATE HISTÓRICO (TO) DA COMUNIDADE REALIZADO EM 29/07/2010.....	7
III.	RESULTADO DO LEVANTAMENTO MULTIDIMENSIONAL DA COMUNIDADE	13
A.	<i>CÁLCULO E VALOR DO IDCR.....</i>	<i>15</i>
B.	<i>IMAGENS GRÁFICAS.....</i>	<i>15</i>
i.	MULTIDIMENSIONAL.....	17
ii.	BEM-ESTAR.....	17
a.	ÁGUA.....	17
b.	ENERGIA ELÉTRICA.....	19
c.	SANEAMENTO	20
d.	SAÚDE.....	22
e.	TRANSPORTE.....	23
f.	CAPACITAÇÃO E LAZER	25
iii.	CIDADANIA.....	26
a.	DIREITOS E DEVERES	26
b.	PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	29
iv.	ECONÔMICA.....	30
a.	SISTEMA DE PRODUÇÃO E DE RENDA	31
	COMERCIALIZAÇÃO	31
b.	SEGURANÇA ALIMENTAR E FINANCEIRA	32
c.	MÃO-SE-OBRA	33
v.	APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA	34
a.	APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA	34
b.	APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA NA PRODUÇÃO ANIMAL.....	37
c.	APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGROINDÚSTRIA.....	39
d.	PRESTAÇÃO E ACESSO A SERVIÇOS.....	40
vi.	AGROECOLOGIA	42
vii.	MEIO AMBIENTE	46
viii.	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GERAÇÃO	50
ix.	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	51
a.	ALFABETIZADOS.....	51
b.	QUE JÁ ESTUDARAM	51
c.	NÍVEL DE INCLUSÃO EDUCACIONAL POR GERAÇÃO	51
i)	DEMANDAS PRIORITÁRIAS (falta o gráfico dos sonhos).....	53
x.	ANEXOS	54
a.	MAPA DA COMUNIDADE.....	54
b.	ENCADEAMENTO METODOLÓGICO PROPOSTO.....	56
ii)	PRIMEIRO PASSO.....	56
iii)	SEGUNDO PASSO	56
iv)	TERCEIRO PASSO.....	57
v)	QUARTO PASSO.....	57
xi.	BIBLIOGRAFIA DE APOIO.....	58

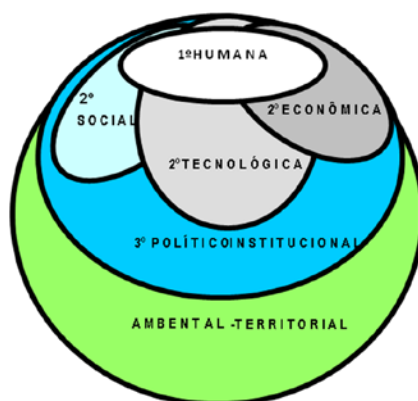
I. INTRODUÇÃO

“Comece por fazer o que é necessário,
Depois o que é possível e, de repente,
Estará a fazer o impossível
São Francisco de Assis

Para propor uma intervenção em qualquer comunidade é necessário formular estratégias que abranjam diversos elementos que atuam nela nos ambientes interno e externo. A primeira delas é envolver os integrantes da comunidade em um debate sobre a proposta, e verificar se os mesmos têm algo a contribuir, se a aprovam e se têm o desejo de lidar com a metodologia de intervenção apresentada. Lembramos que cada comunidade encontra-se em níveis diferentes de desenvolvimento nas dimensões humana, social, tecnológica, econômica, ecológico-ambiental, político-institucional, demográfica e territorial, influenciando assim, diretamente na estratégia de intervenção com vistas ao seu desenvolvimento.

A segunda é fazer um levantamento dos grupos de interesse em formação e em atividade por beneficiários de ATER (empreendedores patronais e familiares, mulheres, jovens, idosos e trabalhadores rurais.), para montar a estratégia de análise do relatório-diagnóstico que irá balizar e acompanhar as ações que serão implementadas.

A terceira é investir na expansão das capacidades dos seus membros, pois o capital humano é certamente a condição necessária para apropriar de tecnologias inovadoras do processo de produção sustentável e construir as competências e habilidades sociais, políticas, econômicas, etc.. Esses são elementos fundamentais no processo de desenvolvimento de uma comunidade, em que o homem é meio e fim de qualquer iniciativa de desenvolvimento. “Pensar a comunidade”, ser solidário e entender esta proposta de intervenção como um processo – e, não somente uma coleção de resultados - é um grande desafio dos atores que atuam nesta proposta de desenvolvimento comunitário com maior equidade de oportunidades.



O Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural –IDCR- deve envolver, desde o início do seu processo de implementação, os integrantes da comunidade em um curso preparatório de agentes entrevistadores e de desenvolvimento comunitário, que farão o levantamento de dados em cada propriedade. Os participantes do curso também apropriam de diversos conhecimentos que irão favorecer a problematização, elaboração de diagnósticos, construção e gestão de políticas públicas. Para dar conta desse processo o IDCR constrói uma relação de indicadores multidimensionais, que serão apresentados aos diversos segmentos de público, por meio de metodologias participativas. Na aplicação dessas metodologias serão trabalhados, seqüencialmente os seguintes temas: competência e habilidades, recursos naturais disponíveis, vantagens comparativas (na produção, agregação de valor e prestação de serviços), vulnerabilidades, pertencimento, engajamento, construção de políticas públicas específicas para a comunidade e gestão social. Do resultado da aplicação dessas metodologias espera-se como produto o Plano de Ação Interinstitucional–PAI que fará a inclusão da comunidade no atual padrão de desenvolvimento do Brasil. Este plano levará a uma concertação interinstitucional, que irá implantar ações e será o ponto de partida para o processo de desenvolvimento da comunidade rural.

As metodologias participativas utilizadas estão direcionadas para o aumento do capital humano, social e político, elementos fundamentais no atual modelo de desenvolvimento. Somente acessar recursos públicos, dentro da atual lógica da sua distribuição pelos Governos, quem tiver uma boa capacidade de discernimento, trânsito institucional, se fizer presente nas instituições com um projeto para ser atendido e estiver mobilizado político-socialmente.

O IDCR também produz um índice numérico de desenvolvimento que varia de “zero” a “um” (que é o ideal), além de diversos gráficos com indicadores que irão registrar o “tempo zero” e quantos outros “tempos” necessários, para qualquer tipo de

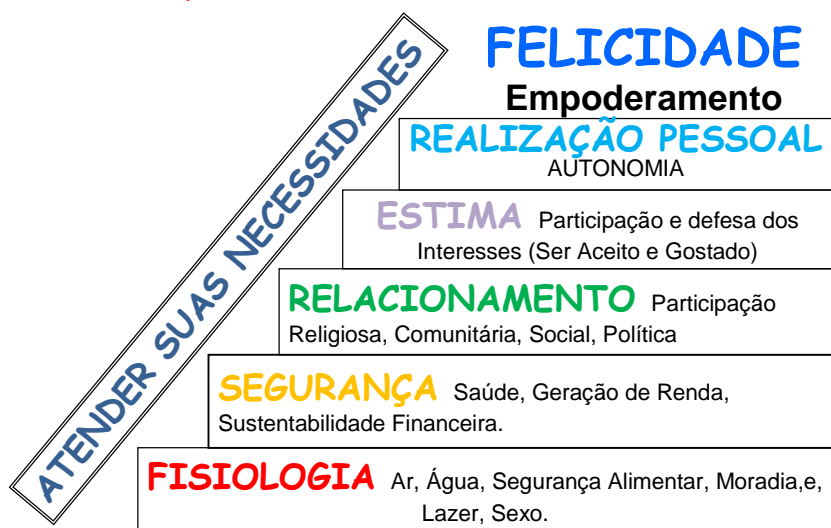
diagnóstico e avaliação. Esses indicadores são sistematizados em seis dimensões (bem-estar, cidadania, apropriação tecnológica, econômica, agroecológica e ambiental) e apontam os desequilíbrios, vulnerabilidades e potencialidades da comunidade.

Este relatório tem como fonte de dados a pesquisa primária feita pelos agentes entrevistadores na comunidade. Em função de toda a sua sistemática de construção ele acaba empoderando os representantes da comunidade, os técnicos, os dirigentes, as instituições, os políticos e os demais interessados, para negociar e construir políticas públicas e privadas mais específicas. Por outro lado, em função da estratégia de envolver os membros da comunidade desde o início do processo, isto irá fortalecer um sentimento de pertencimento, que favorecerá a mobilização e engajamento dos seus integrantes no processo de elaboração e gestão do PAI. Este relatório ainda estabelece um instrumento de acompanhamento e aferição de resultados para avaliar a eficácia dos esforços, tanto dos membros da comunidade, quanto das instituições envolvidas no processo.

A proposta do IDCR visa atender as principais diretrizes humanista, dialógica, construtivista, ambientalista e desenvolvimentista em um recorte territorial que é a comunidade rural. No entanto, isto não impede de montar outros recortes com abrangências regionais, estaduais, de segmentos produtivos, de produtos, etc. Por ter como meta a construção de políticas públicas e privadas, o IDCR é uma ferramenta importantíssima para buscar a inclusão estratégica das demandas comunitárias nas três esferas de Estado e na iniciativa privada.

Os indicadores do IDCR estão fundamentados na seqüência de demandas da pirâmide de Maslow, que para um contexto comunitário, certamente ainda serve para nortear a hierarquia de necessidades que um conjunto de seres humanos demanda.

O QUE O SER HUMANO BUSCA?

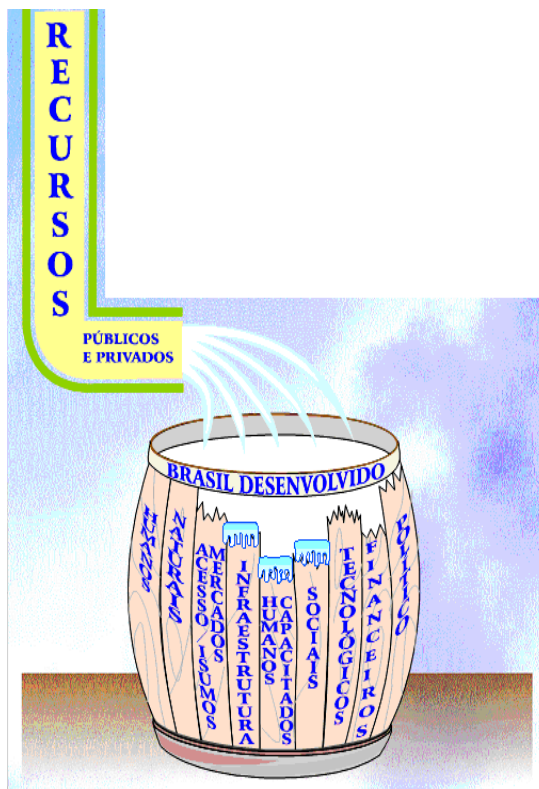


Para implementação de toda proposta do IDCR necessita-se superar alguns paradigmas. Primeiro que o espaço rural não é mais só agrícola e nem se resume ao setorial. Segundo, que o corpo técnico da equipe que irá propor a intervenção precisa ter uma nova tomada de consciência. No paradigma atual de trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural –ATER-, o enfoque deve abranger as atividades de um agente de desenvolvimento rural, em um espaço rural, que agora é muito mais multifuncional. Terceiro, é a implementação de um encadeamento metodológico participativo que atinja os objetivos de planejamento participativo. Este tipo de planejamento fomentará o engajamento das pessoas, a gestão social e a construção de políticas, que terão como foco a superação das vulnerabilidades e o aproveitamento das potencialidades. E, por último, é o reconhecimento pelos gestores sociais e responsáveis institucionais, de que, agora o desafio perpassa por uma boa capacidade de negociação com as instituições dos diversos setores.

Não basta mais o discurso da boa vontade política. É necessário ter determinação política para gerar produtos que atendam de imediato as demandas eleitas como prioritárias pela comunidade e, estrategicamente, conjugadas com as diretrizes políticas e de Estado.

Os recursos públicos e privados muitas vezes são investidos em uma comunidade sem levar em conta as prioridades dos grupos de interesse que lá estão estabelecidos. Os interesses desses grupos têm que ser ponderados com os interesses dos Planos de Governos, para que os recursos investidos não acabem sendo desperdiçados por falta

de competência e/ou prioridade que a comunidade dá às ações que estão sendo propostas. A figura abaixo tenta ilustrar esta situação, em que os recursos investidos estão sendo desperdiçados por falta de capacitação das pessoas, de organização social e infraestrutura precária.



II. RESGATE HISTÓRICO (TO) DA COMUNIDADE REALIZADO EM 29/07/2010

Para cada comunidade onde se executa o projeto do IDCR deve-se fazer o resgate histórico e a reprodução dos Índices de Produção Animal e Vegetal da comunidade, para constar como uma “fotografia” do momento em que foi feito o levantamento de dados, ou seja, o tempo zero - “TO”. Tentou-se transcrever com a maior fidedignidade possível o trabalho que foi apresentado, citando os responsáveis pela sua construção.

ASSENTAMENTO ORLA DO DESCOBERTO

Introdução

O Sistema Integrado do Rio Descoberto abastece cerca de 65% da população atendida do Distrito Federal (DF). A captação do Rio Descoberto, maior manancial de abastecimento do DF, contribui com 99% da produção deste Sistema, sendo que este manancial se encontra na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto, criada pelo Decreto 88.940/1983.

A APA do Rio Descoberto abrange as Regiões Administrativas (RA) de Taguatinga (RA III), Brazlândia (RA IV) Ceilândia (RA IX) e o município de Águas Lindas – Goiás, perfazendo uma área de 35.588 ha., dos quais 28.000 ha. encontram-se no território do Distrito Federal.

Em 05 de julho de 2005, o Governo do Distrito Federal (GDF) publicou o Decreto de criação da Reserva Biológica do Rio Descoberto, cujos limites abrangem toda a faixa de 125 m da Orla da Barragem do Descoberto, tendo como meta a implantação da recomposição florística dos 125m da Orla e proteção do Lago. Contudo, por problemas de ordem fundiária resultando em pendências jurídicas, o processo de ocupação das margens com a respectiva revegetação com espécies florestais nativas não pôde ser efetivado por completo.

Em março de 2009 surgiu uma parceria interinstitucional entre Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA), Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF Brasília Ambiental (IBRAM), Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (Caesb), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e Associação dos Produtores e Protetores do Descoberto (PRÓ-DESCOBERTO) visando solucionar tais práticas.

As metas desta parceria são reduzir os processos erosivos e a impermeabilização do solo nas áreas rurais, os desmatamentos nas áreas de entorno da Orla, as invasões das margens dos recursos hídricos por atividades agrícolas, e promover educação ambiental para conscientização da população. Neste processo, o engajamento dos proprietários rurais nos serviços de revegetação e adequação ambiental da área são importantíssimos.

Neste contexto, foi definida como estratégia de ação desta parceria entre instituições públicas e sociedade civil a aplicação de questionário do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR) em todas as propriedades rurais localizadas na Orla do Descoberto, abrangendo aproximadamente 73 (setenta e três) propriedades rurais, e envolvendo as parte das comunidades do INCRA 6, INCRA 8 e INCRA 7 (Brazlândia - RA IV), e INCRA 9 (Ceilândia - RA IX). A utilização do IDCR foi definida como o melhor instrumento para o diagnóstico das necessidades e prioridades deste público, com definição de propostas de ação a serem realizadas em prol da melhoria da qualidade de vida da família dos produtores rurais, assim como das condições ambientais para toda a sociedade brasileira. O IDCR foi realizado em agosto de 2010.

Relembrando a história do INCRA 06

O início da colonização da comunidade do INCRA 6 se deu em meados de 1967 no Núcleo Colonial Alexandre Gusmão (Brazlândia/DF), criado pelo Decreto nº 51.517 de 25 de junho de 1962, em terras do Instituto Nacional da Imigração e Colonização (INCRA).

As famílias Uchida (Japão), Sugimoto (Japão), Carvalho Sobrinho e Moura (Bahia – Brasil), Ribeiro de Lima (Ceará – Brasil), Sadeiro (Espanha), Vaz da Silva (Minas Gerais – Brasil) e Cerqueira (Pernambuco – Brasil) foram as primeiras famílias a assinarem o termo de compromisso de chacareiro e a instalarem moradia fixa na comunidade do INCRA 6. As principais atividades produtivas desenvolvidas à época por estas foram – hortaliças, peixes, frutíferas, gado, suínos e aves, com ocorrência de policultivos para consumo das famílias. A comunidade recebeu o título definitivo de posse das propriedades pelo INCRA em 1975.

A principal finalidade do Núcleo era abastecer o Distrito Federal com hortifrutigranjeiros, recebendo para tal assistência técnica através da ACAR (antiga EMATER/DF) e tendo como fonte de água para a produção o canal do Rodeador, construído em 1974, e para consumo a água do Rio Descoberto e poço/cisternas.

Entre 1960 e 1969 funcionou na comunidade a Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA), ligada institucionalmente ao INCRA, e entre 1970 a 1979 a Cooperativa Mista do Planalto (CAMPLA), as quais fomentaram a implantação de diversos projetos agropecuários na comunidade com foco na comercialização. Com a criação da Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA/DF) a comercialização

de produtos foi facilitada parcialmente, pois à época surgiram os atravessadores (revendedores) de produtos.

A comunidade está localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Descoberto, criada pelo Decreto Federal 88.940/73. Nesta comunidade, inúmeras propriedades margeiam o Lago do Descoberto, considerado o maior manancial de abastecimento do DF (cerca de 65% da população) o qual foi represado em 1970.

Segundo relatos, inicialmente a Barragem do Descoberto foi criada visando o fornecimento de energia elétrica para a comunidade. Nas décadas de 60, 70 e 80 havia água em abundância, com respeito às vegetações nativas às margens dos cursos d'água, acesso a escolas e segurança de maior qualidade que atualmente.

A estrada de acesso a comunidade não era pavimentada, e o trajeto entre outras comunidades era feita por carroças ou ônibus (Empresa de Transporte Machado Ltda.). Devido a estas características, a comunicação era dificultosa, assim como eram poucos os relatos de violência e a comunidade pelo batalhão de polícia de Brazlândia/DF. À época os maiores problemas da comunidade eram o transporte, a comunicação e a titulação das terras.

Desde as décadas de 70 a região vem sofrendo especulação imobiliária (Reservas F, G, A, Chapadinha, entre outras) devido a entraves na titulação de terras e imóveis rurais, o que gerou grande pressão sobre os recursos naturais, redução da segurança pública, entre outros. Com a modernização da infra-estrutura da comunidade, houve a melhoria do índice de desenvolvimento humano.

A comunidade se destaca por sediar a Festa do Morango, promovida pela ARCAG – Associação Recreativa e Cultural de Alexandre de Gusmão. Atualmente as principais atividades produtivas são horticultura e fruticultura, com insumos agropecuários adquiridos individualmente no varejo. Algumas atividades econômicas apresentam limitações devido a Área de Proteção Ambiental do Descoberto, tais como a criação comercial de aves, suínos e abatedouros. Por outro lado atividades com baixo impacto ambiental são fomentadas, e a proximidade com as cidades favorecem a agroindustrialização, prestação de serviços, fornecimento de mão de obra e turismo rural, favorecendo a preservação ambiental.

A existência de um condomínio de águas (Canal do Rodeador – outorgado pela ADASA), favorece a boa qualidade da mesma, distribuídas na maioria das propriedades

permitindo o desenvolvimento das atividades agrícolas especialmente as hortaliças folhosas.

A Comunidade é atendida por uma escola rural, assistida por duas Associações que congregam cerca de 120 associados, dispõe de rede elétrica e telefônica, tem acesso aos serviços básicos de correio e transporte coletivo e atendimento médico pelo Programa Família Saudável. A Comunidade é bem servida por estradas Estadual e vicinal, que demandam constante trabalho de conservação, principalmente no período das chuvas devido ao efeito erosivo das enxurradas.

Atualmente o principal desafio da comunidade INCRA 6 é segurança.

Relembrando a história do INCRA 08

Localizada em Alexandre de Gusmão, esta comunidade possui diversos fatos históricos comuns com a comunidade vizinha – o INCRA 6. A principal finalidade do núcleo era abastecer o Distrito Federal com hortifrutigranjeiros e água potável o Distrito Federal.

Segundo relato do Sr. Laurindo, produtor rural, os principais problemas da comunidade nos anos 70 e 80 eram: falta de acesso a água potável, a energia elétrica, a pavimentação de estradas e transportes coletivos. À época, o canal de água (Rodeador) era a principal fonte para a produção agropecuária.

A baixa renda dos produtores era um problema grave, visto que muitas eram as dificuldades para a produção, o transporte e a comercialização de produtos tanto na comunidade como no CEASA (venda direta ou com atravessadores).

Este Núcleo se urbanizou, tendo sua emancipação ocorrida em 15 de setembro de 1987. Este fato permitiu a melhoria de estradas (pavimentação), do lazer (construção de quadras de esporte), segurança (construção de posto policial), educação (construção de escolas de ensino fundamental e médio), entre outras infra-estruturas para a Comunidade.

Algumas atividades econômicas apresentam limitações devido ao fato que o INCRA 8 margeia a Orla da Barragem do Descoberto, na Área de Proteção Ambiental do Descoberto, como a criação comercial de aves, suínos e abatedouros. A urbanização do Núcleo também trouxe impactos ambientais tais como a impermeabilização de solo. Por outro lado, atividades com baixo impacto ambiental são

fomentadas, e a proximidade com Brasília favorece a agro-industrialização, prestação de serviços, fornecimento de mão de obra e turismo rural.

O Núcleo apresenta situação fundiária predominante de propriedade com escrituras definitivas, com razoável estrutura organizacional, e bom índice de desenvolvimento humano. As áreas de produção vêm sendo preservadas, apesar das atividades principais (horticultura e fruticultura) apresentarem momentaneamente baixa rentabilidade.

Atualmente o principal desafio da comunidade INCRA 8 é segurança.

Relembrando a história do INCRA 09

O Sr. Moisés chegou à comunidade em 1963, vindo de Cajazeiro na Paraíba para trabalhar na construção de Brasília. Conseguiu a chácara através da distribuição de lote pelo INCRA.

À época já existiam na comunidade algumas chácaras. Estes moradores retiravam do Rio Descoberto, o qual foi represado em 1970, água para o consumo humano e não há relatos de agravamento de saúde dos moradores no que tange ao uso da água.

A primeira escola da Comunidade (1965) foi instalada onde hoje é o salão comunitário e foi implantada com ajuda de um promotor que morava na comunidade. Mais tarde por meados de 1967 o INCRA construiu a escola do INCRA 09.

Nenhuma via era pavimentada, as estradas eram de difícil acesso, e eram utilizadas basicamente por carroças.

Só existiam hospitais e postos de saúde em Taguatinga, porém a qualidade dos atendimentos era bem melhor. Não existia policiamento local, porém não havia muitos casos de violência, assaltos e furtos. O batalhão mais perto ficava em Taguatinga. O único meio de comunicação disponível era o rádio e o banco mais próximo era o de Taguatinga.

A associação foi criada em 1990, existiram trabalhos efetivos e aquisições de equipamentos como trator e caminhão. Porém há 2 anos ela se encontra enfraquecida. E os equipamentos adquiridos estão em estado precário. Os primeiros presidentes foram Seu Ângelo, Zé Maria e depois o Seu Moisés. Cada um com mandato de 4 anos.

Antes a maioria das pessoas vivia em casas de madeira, adobe e palha. Agora é vivem em casas de alvenaria. Praticamente nenhuma casa possuía energia em meados de 1960. Agora todo mundo tem energia da CEB.

Seu Moisés produzia para venda cenoura, beterraba e abobrinha, e ainda arroz e feijão para sua alimentação. Hoje produzem basicamente mandioca, milho e chuchu.

Vendiam diretamente nas feiras, em Taguatinga e no Núcleo Bandeirante. Agora vendem para atravessador.

Atualmente, aumentou consideravelmente o número de moradores do INCRA 9 e aumentou também o parcelamento das chácaras e a maioria de seus vizinhos se mudou, dando lugar a novos moradores.

Apesar de atualmente não sofrerem mais com a falta de energia elétrica. Os principais problemas enfrentados são – falta de pavimentação das estradas, falta de coleta de lixo, falta de transporte coletivo, saúde (falta de posto e saúde preventiva).

III. RESULTADO DO LEVANTAMENTO MULTIDIMENSIONAL DA COMUNIDADE

Para compor a base de dados deste Relatório-Diagnóstico foram realizadas na comunidade 56 entrevistas com os proprietários das 73 unidades produtivas existentes, perfazendo uma amostragem de 76,7%. A coleta de dados não foi realizada na totalidade das Unidades produtivas do Assentamento Orla do Descoberto, em função de que até Agosto de 2010, apenas 56 das 73 unidades tinham pessoas residindo no local. Assim, não podemos afirmar no estrito senso, que os resultados do IDCR aqui apresentados referem-se à totalidade dos ocupantes da Comunidade Assentamento Orla do Descoberto. É uma amostragem bem representativa da realidade das seis dimensões exploradas neste documento no momento da realização do levantamento no dia 29/07/2010.

Este relatório-diagnóstico possibilita a representação de um estado de sustentabilidade multidimensional da comunidade, que denominamos de Tempo Zero – “TO”- e que servirá como parâmetro para intervenções e futuras avaliações de resultado. Para ser validado como um instrumento de avaliação de resultados a próxima pesquisa de campo deverá ter o mesmo conteúdo do questionário que foi utilizado no primeiro momento e representado pelo “TO”. É bom lembrar que as informações aqui geradas são relativas a um padrão médio dos entrevistados da

comunidade e geram parâmetros que poderão ser utilizados como indicadores. O importante é verificar principalmente as vulnerabilidades, os desequilíbrios e as potencialidades para servir de subsídio nas metodologias propostas, para elaboração do Plano de Ações Interinstitucional-PAI- e das estratégias de conquista da Gestão Social.

Os dados processados nos permitem acessar duas informações complementares. O primeiro refere-se ao índice de desenvolvimento da comunidade e é representado por um número que varia de “zero” a “um”. Quanto mais próximo do “um” for o valor do IDCR, mais desenvolvida é a comunidade, e quanto mais próximo de “zero”, maior será o desafio para os agentes de desenvolvimento. O segundo são as imagens geradas por dois tipos de gráficos. Temos os gráficos que utilizam barras horizontais, que quase sempre são relativos a cada pergunta específica e servirão de subsídio para compor os gráficos “tipo radar”. Os gráficos “tipo radar” são relativos aos temas e dimensões que foram eleitas para servir de indicadores. A interpretação das informações representadas nos gráficos “tipo radar” se dá levando em conta a área sombreada. Quanto mais abrangente a área sombreada mais equilibrado e sustentável está o indicador que ela representa, quando menor a área sombreada mais vulnerável está o indicador.

As imagens gráficas estão representadas na seguinte seqüência. Inicialmente apresentamos um gráfico que utiliza como indicadores as seis dimensões contidas no questionário utilizado no levantamento da comunidade. Ele apresenta o estado de vulnerabilidade e o desequilíbrio de cada dimensão. Seguidamente cada uma das dimensões terá o seu próprio gráfico, apontando por meio dos indicadores representados quais estão mais vulneráveis ou mais equilibrados. Os gráficos “tipo barra” representam quase sempre a situação de uma questão investigada e oferece elementos para uma avaliação mais pontual, que às vezes pode ser a causa de toda a vulnerabilidade, desequilíbrio, ou até mesmo uma potencialidade a ser explorada.

A seguir iremos apresentar os resultados com o propósito de fazer um mínimo de interpretações possíveis, por que tanto a comunidade, quanto os agentes de desenvolvimento têm que participar e sentirem-se “pertencidos” nesta análise. Isto é muito importante para manter em alta alguns elementos cruciais no processo de intervenção comunitária participativa, que visa o desenvolvimento multidimensional tais como: sensibilização, motivação, engajamento, entusiasmo e gestão social. Sem esses

elementos, fica muito difícil sustentar uma proposta de desenvolvimento do espaço rural com a participação sustentável dos principais segmentos de beneficiários da ATER.

Em momento nenhum poderá haver exclusão dos integrantes e segmentos da comunidade, ou dos seus pré-postos, de qualquer tomada de decisão no processo de intervenção na comunidade. Pois certamente ocorrerá uma revolta dos excluídos, até mesmo inconsciente, podendo sabotar as estratégias de ação no processo de intervenção. Além de que isto irá contra a construção de empoderamento e do desenvolvimento participativo, que deve ser como liberdade e com compromisso sócio-ambiental.

A. CÁLCULO E VALOR DO IDCR

O valor do IDCR indica o estado de sustentabilidade, das pessoas e das propriedades dessa comunidade, no momento em que foi feito o levantamento de campo. Este valor servirá como parâmetro para futuras avaliações da efetividade das ações que irão integrar o Plano de Ações Interinstitucional (PAI). O PAI é o resultado do encadeamento metodológico proposto e tem como objetivo a sensibilização e motivação das instituições públicas e privadas para a construção de políticas específicas que irão atuar diretamente nas vulnerabilidades e potencialidades diagnosticadas.

Tabela1. Demonstrativo da composição e dos valores utilizados para gerar o valor do IDCR da comunidade.

Cálculo do IDCR				
DIMENSÃO	VALOR ACUMULADO (COMUNIDADES)	PONDERAÇÃO	ALCANÇADO	IDEAL
BEM ESTAR	0,63	0,20	0,126	0,2
CIDADANIA	0,45	0,20	0,089	0,2
ECONÔMICO	0,45	0,20	0,090	0,2
APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA	0,28	0,13	0,037	0,13
AGROECOLOGIA	0,21	0,13	0,028	0,13
AMBIENTAL	0,49	0,14	0,069	0,14
SOMA		1,00	0,438	1

O valor do IDCR da Comunidade Assentamento Orla do Descoberto em 29/07/2010, “Tempo Zero” (TO), é de **0,438**.

B. IMAGENS GRÁFICAS

As imagens gráficas apresentadas a seguir, se bem explicada para os moradores da comunidade, a lógica da sua composição, elas serão um bom instrumento didático a ser utilizado nas metodologias. Basicamente essas imagens demonstram duas

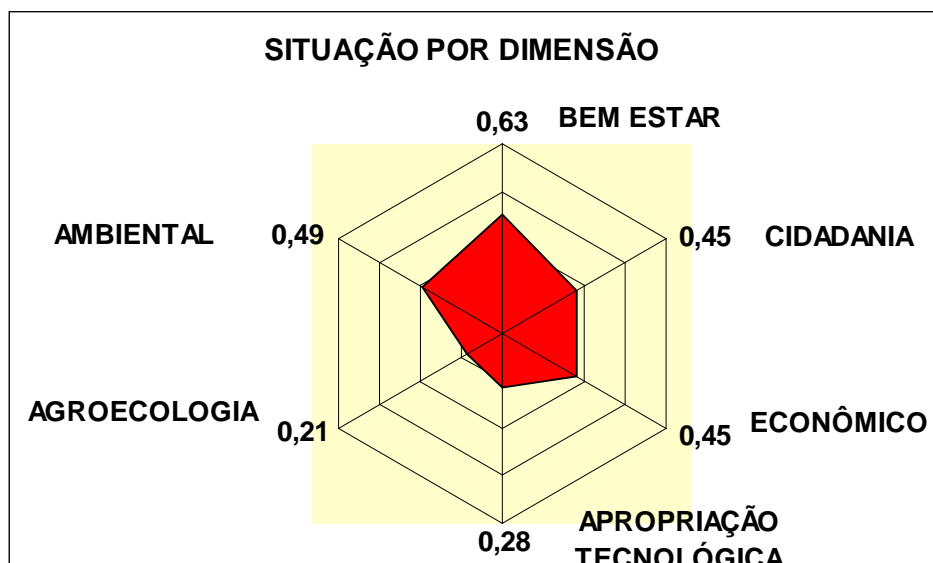
questões. A primeira aponta que quanto mais sombreada a área do gráfico mais sustentável está a comunidade naqueles parâmetros descritos na imagem. O outro oferece uma comparação entre esses próprios parâmetros e auxilia na análise dos desequilíbrios, vulnerabilidades e potencialidades de cada um deles.

Podemos afirmar que aquela imagem gráfica é uma “fotografia”, naquele momento, da situação daquelas famílias que foram entrevistadas. Outras “fotografias” poderão ser tiradas posteriormente para se fazer uma comparação das imagens gráficas de como evoluiu o processo de intervenção proposto para a comunidade. Para facilitar o entendimento da comunidade de como devem ser analisadas as imagens gráficas, sugerimos a seguinte estratégia:

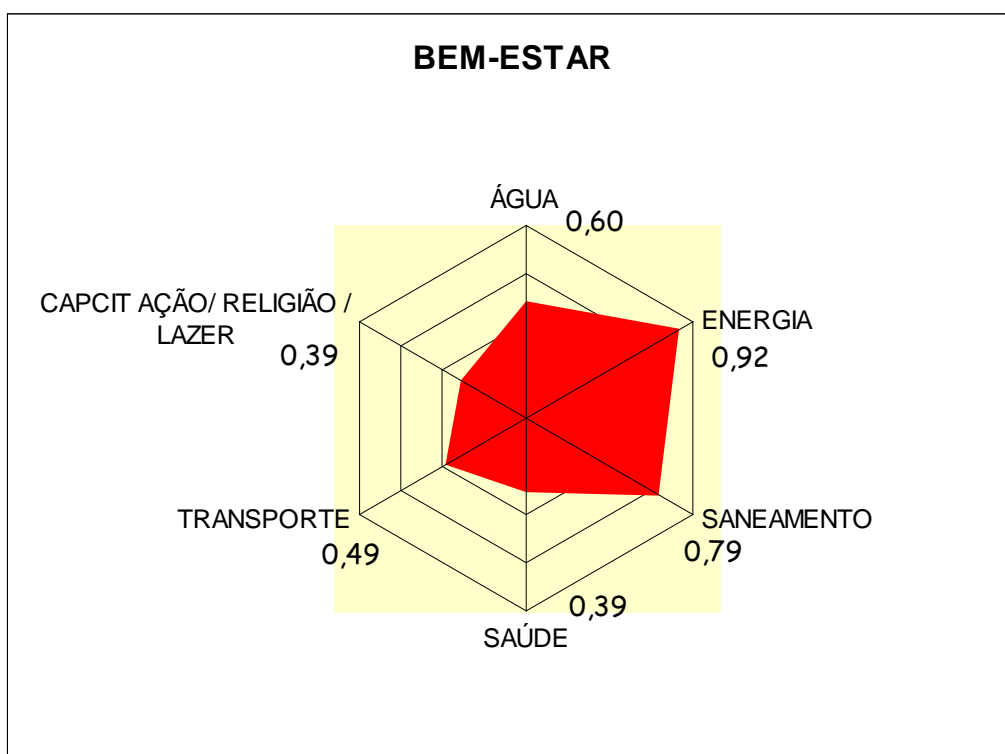
- Definir que indicador representa cada eixo de análise no gráfico;
- Explicar as escalas de medição que aparecem nele;
- Demonstrar a posição da situação ideal nas suas escalas;
- Localizar a situação real em que se encontra a comunidade no indicador que está sendo analisado;
- Identificar as brechas entre o desejado e o real e buscar os focos para a intervenção;

Quando for o caso, definir as três prioridades para as situações de vulnerabilidades e oportunidades. Não podemos desmerecer a capacidade de convencimento que uma imagem tem para sensibilizar as autoridades da necessidade de implementação de políticas públicas. Ainda mais se for demonstrado que aquela imagem é o resultado de uma investigação primária e direta com os moradores da região, que após alguns eventos participativos a comunidade os elegeu como prioritários para intervenção de políticas públicas e privadas. Assim, após definidas as três vulnerabilidades e/ou oportunidades elas devem ser fotografadas e a imagem que ilustra esses temas devem ser incluídas neste relatório-diagnóstico.

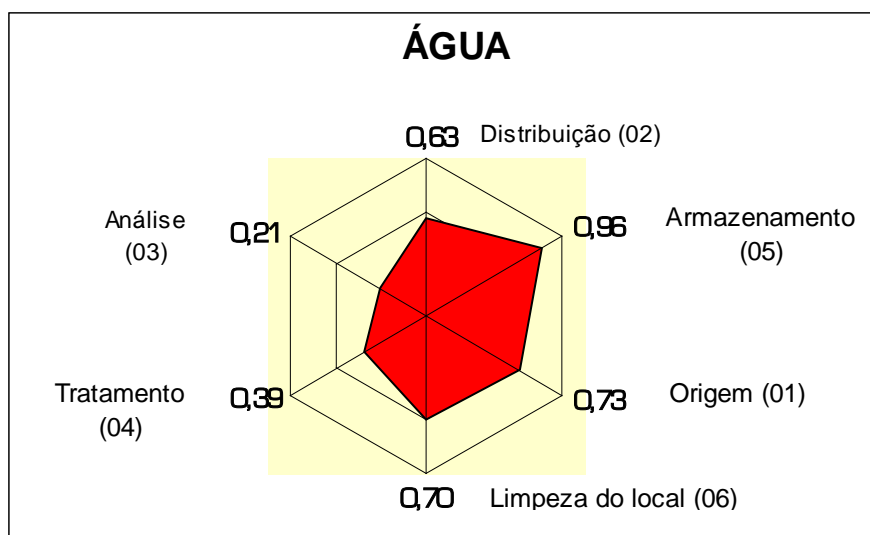
i. MULTIDIMENSIONAL



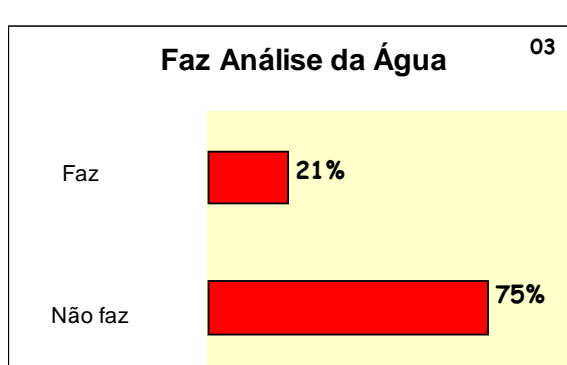
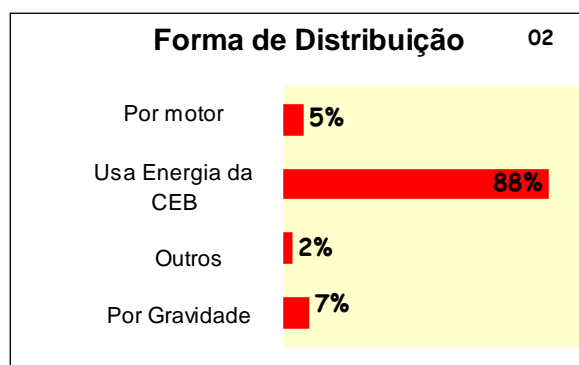
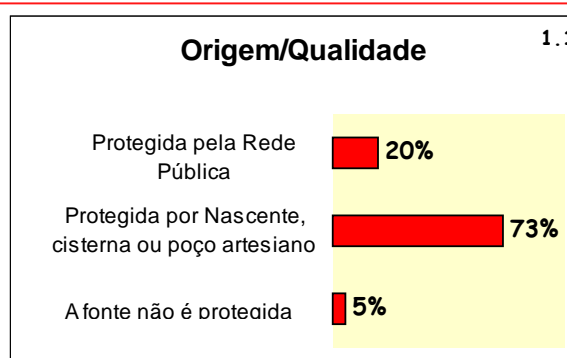
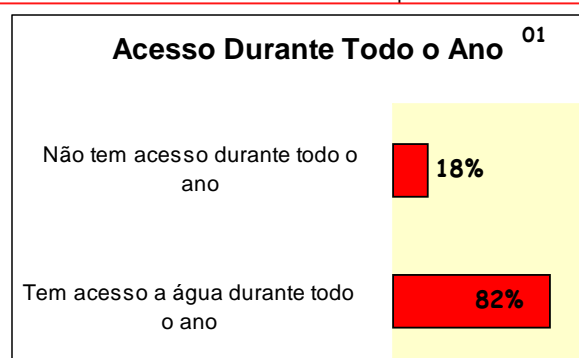
ii. BEM-ESTAR

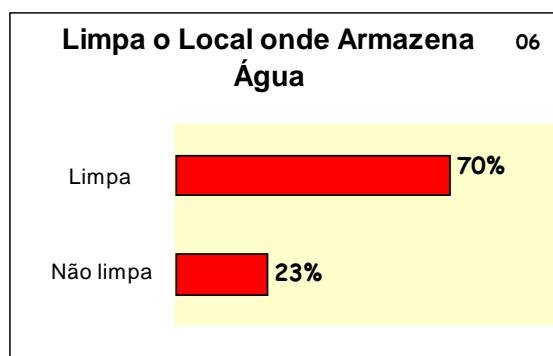
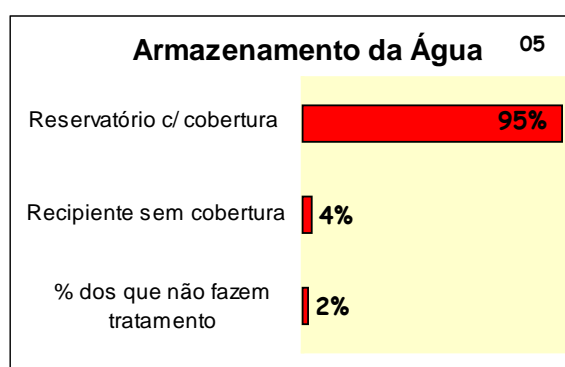
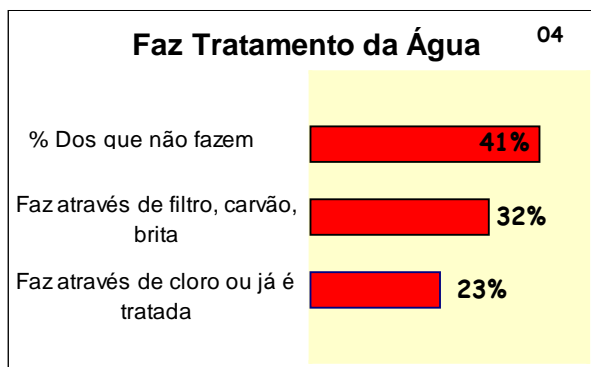


a. ÁGUA

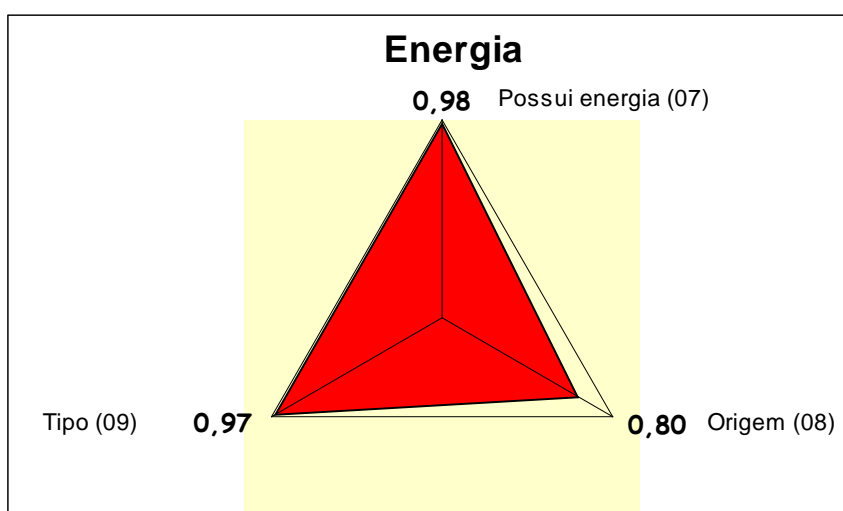


1	QUANTO A QUANTIDADE E ORIGEM DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	ABASTECE AS NECESSIDADES DO LAR DURANTE O ANO TODO
		A FONTE DE ÁGUA NÃO É PROTEGIDA CONTRA CONTAMINAÇÕES EXTERNAS
		É PROTEGIDA
		NASCENTE, CISTERNA, POÇO SEMI-ARTESIANO OU PROFUNDO REDE DE ÁGUA TRATADA (PÚBLICA OU PRIVADA)
2	QUAL A FORMA DE CAPTAÇÃO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	POR GRAVIDADE
		POR CARNEIRO HIDRÁULICO, RODA D'ÁGUA, EÓLICA OU USANDO ENERGIA PRÓPRIA
		UTILIZANDO ENERGIA ELÉTRICA DA CEB
3	FAZ ANÁLISE DA ÁGUA UTILIZADA?	NÃO
		SIM
4	FAZ TRATAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	NÃO
		FAZ ATRAVÉS DO USO DE CARVÃO E/OU BRITA E/OU AREIA E/OU FILTRO
		FAZ ATRAVÉS DO USO CONTÍNUO DE CLORO E OUTROS, OU A ÁGUA JÁ É TRATADA
5	COMO É FEITO O ARMAZENAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	NÃO É FEITO (ir para 7)
		ATRAVÉS DE RECIPIENTE NO NÍVEL DO SOLO SEM COBERTURA
		RESERVATÓRIO (FIBRA, AMIANTO, PLÁSTICO, etc) COM COBERTURA
6	LIMPA O LOCAL AONDE ARMAZENA ÁGUA DO LAR PELO MENOS ANUALMENTE?	NÃO FAZ LAVAGEM PERIÓDICA DO RESERVATÓRIO
		FAZ LAVAGEM PERIÓDICA DO RESERVATÓRIO

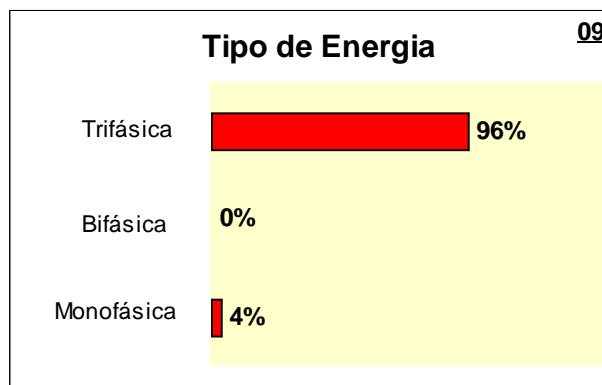
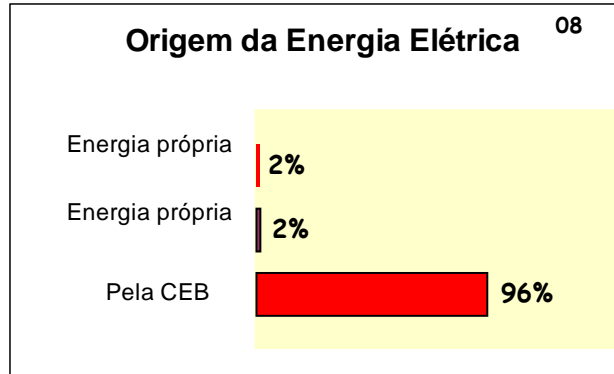
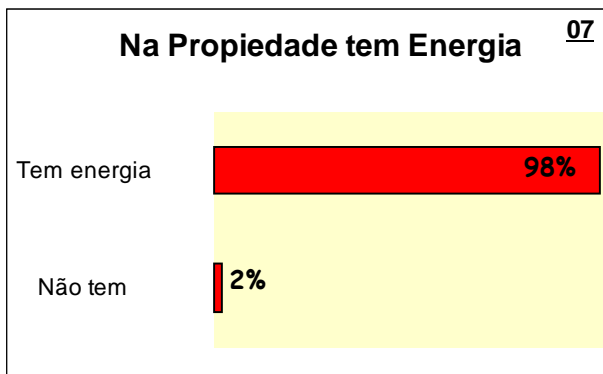




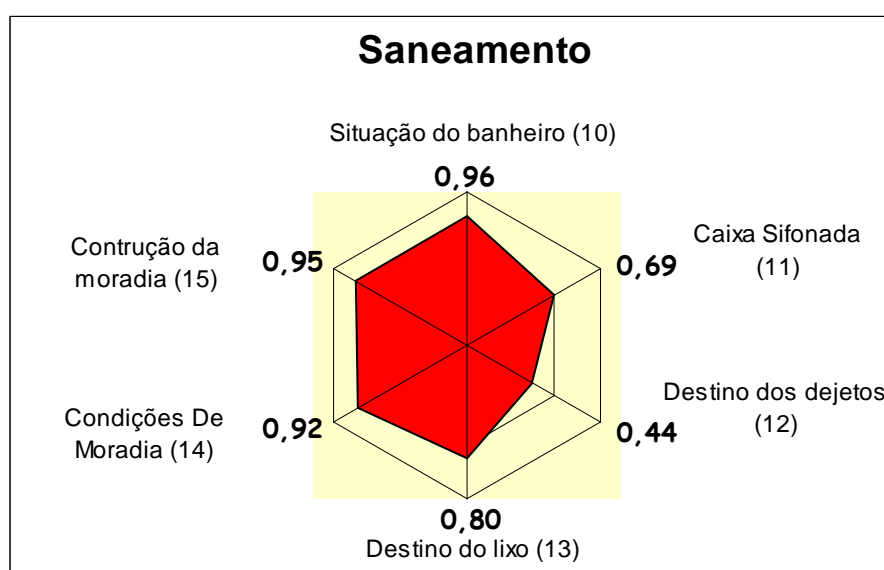
b. ENERGIA ELÉTRICA



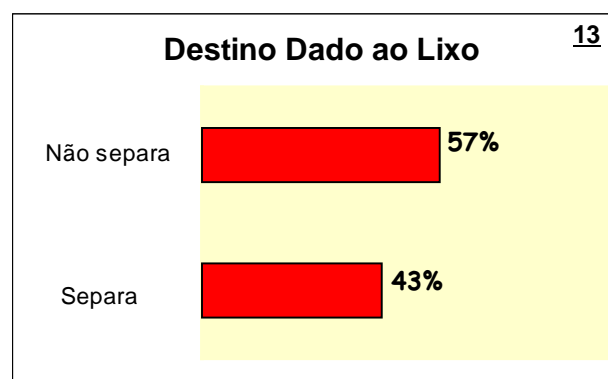
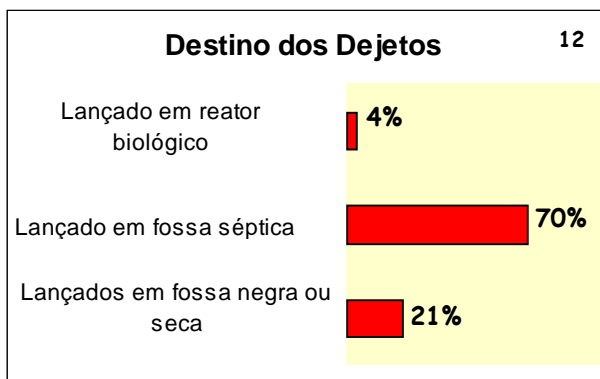
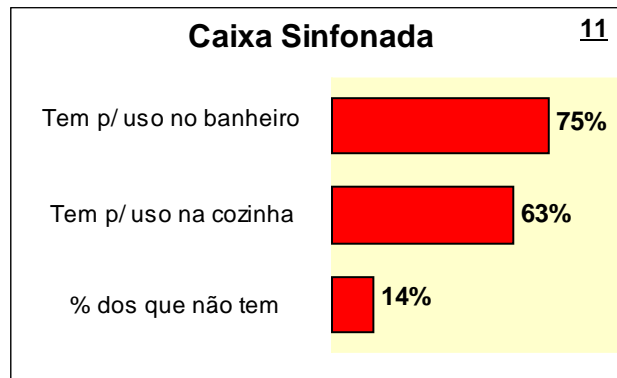
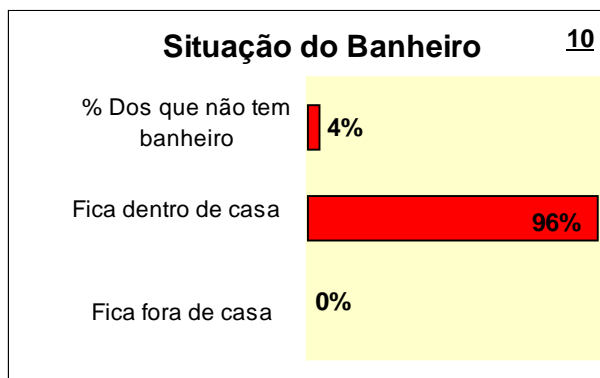
7	A PROPRIEDADE TEM ENERGIA ELÉTRICA?	NÃO	(ir para 10)
		SIM	
8	A ORIGEM DA ENERGIA ELÉTRICA É?	PRÓPRIA	(GERAÇÃO PRÓPRIA- ÁGUA/EÓLICA, MOVENDO GERADOR)
			(GERAÇÃO PRÓPRIA - COMBUSTÍVEL, MOVENDO GERADOR)
		CONCESSIONÁRIA (CEB, CELG, ETC.)	
9	QUAL É O TIPO DE ENERGIA?	MONOFÁSICA	
		BIFÁSICA	
		TRIFÁSICA	

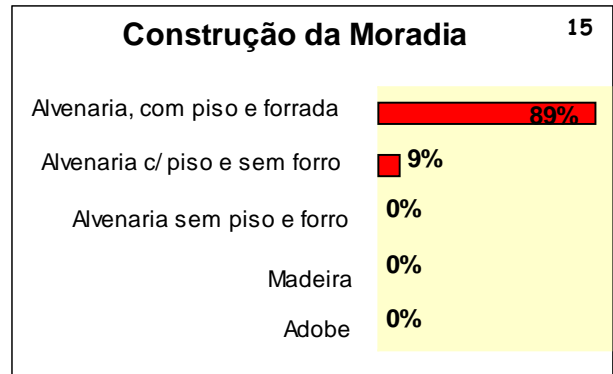
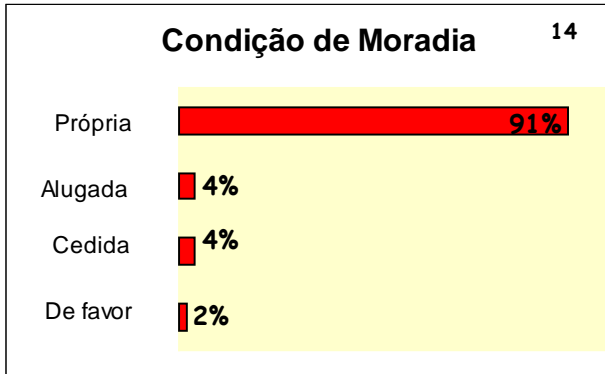
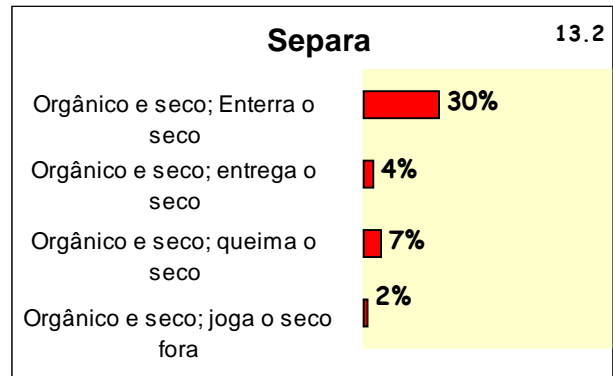
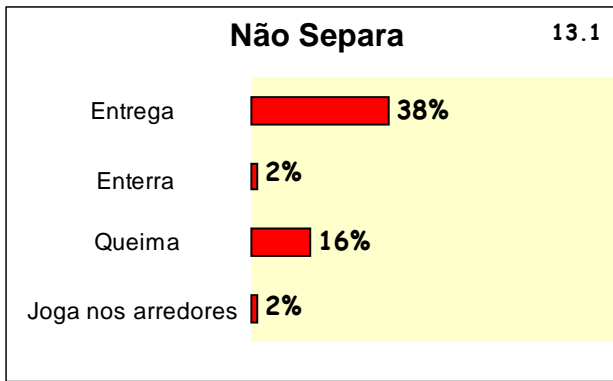


c. SANEAMENTO

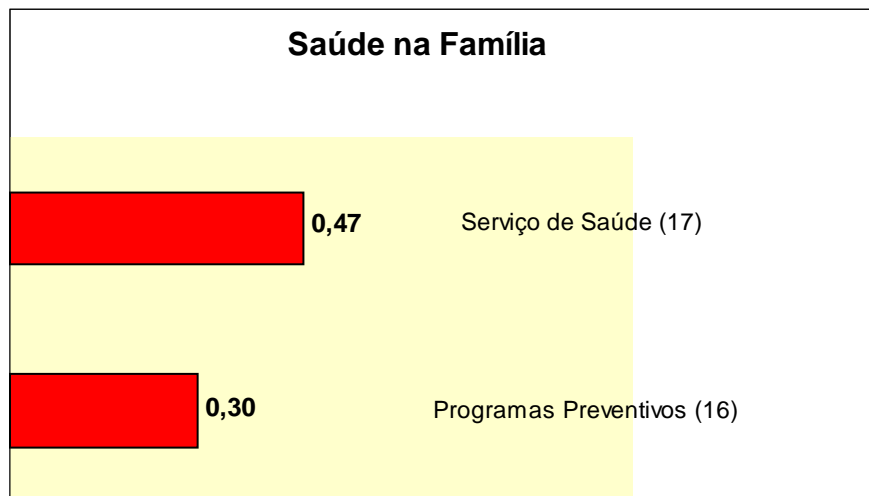


10	SITUAÇÃO DO BANHEIRO?	NÃO EXISTE	
		ESTÁ LOCALIZADO DO LADO DE FORA DA CASA	
		ESTÁ LOCALIZADO DO LADO DE DENTRO DA CASA	
11	TEM CAIXA SINFONADA?	NÃO EXISTE	
		EXISTE PARA AS ÁGUAS SERVIDAS DA COZINHA	
		EXISTE PARA AS ÁGUAS SERVIDAS DO BANHEIRO	
12	QUAL O DESTINO DAS ÁGUAS SERVIDAS E DOS DEJETOS?	SÃO LANÇADOS A CÉU ABERTO	
		SÃO LANÇADOS NA FOSSA NEGRA OU SECA	
		SÃO LANÇADOS NA FOSSA SÉPTICA	
		SÃO LANÇADOS NO REATOR BIOLÓGICO / FOSSA ECOLÓGICA	
13	QUAL O DESTINO DADO AO LIXO?	SEPARA	ORGÂNICO E SECO, E JOGA O SECO NOS ARREDORES
			ORGÂNICO E SECO; E QUEIMA O SECO
			ORGÂNICO E SECO; E ENTERRA O SECO
			ORGÂNICO E SECO; E ENTERRA O SECO
		NÃO SEPARA	JOGA NOS ARREDORES
			QUEIMA
			ENTERRA
14	QUAL A CONDIÇÃO DE MORADIA?	DE FAVOR	
		CEDIDA	
		ALUGADA	
		PRÓPRIA	
15	QUAL O TIPO DE CONSTRUÇÃO DA MORADIA?	LONA, ADOBE, BARRO E OU PALHA	
		PAREDES DE MADEIRA	
		ALVENARIA, SEM PISO E SEM FORRO	
		ALVENARIA, REBOCADA, COM PISO E COM / SEM FORRO	
		ALVENARIA, REBOCADA, TODA PINTADA, COM PISO E FORRADA	

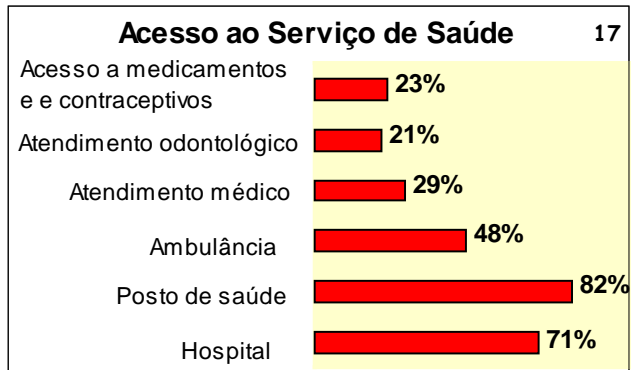
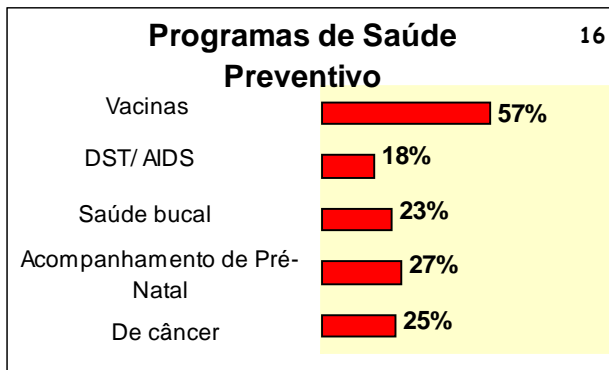




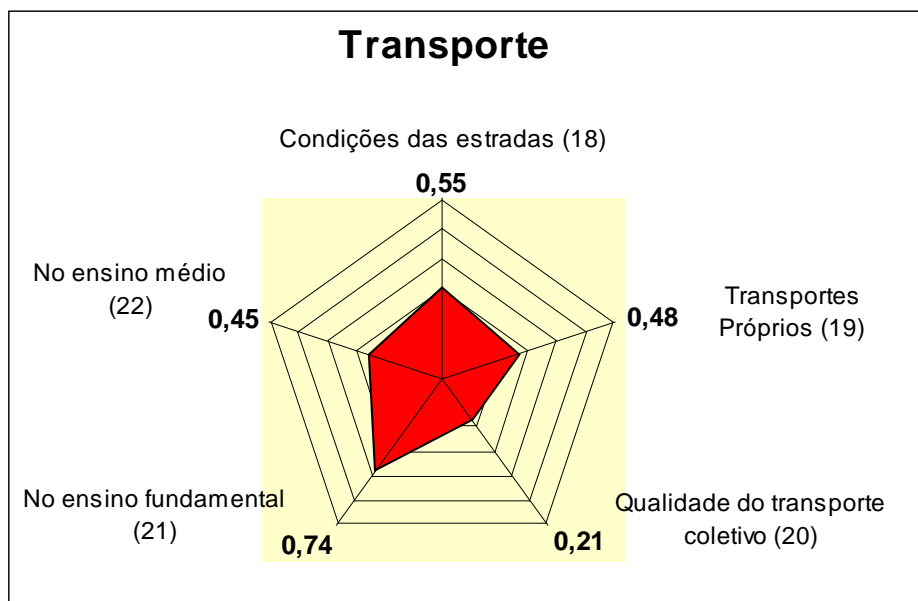
d. SAÚDE



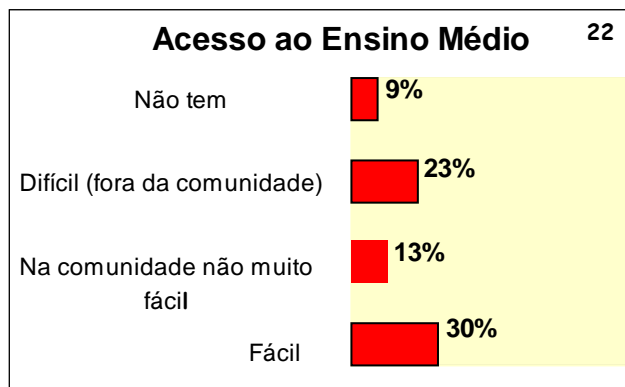
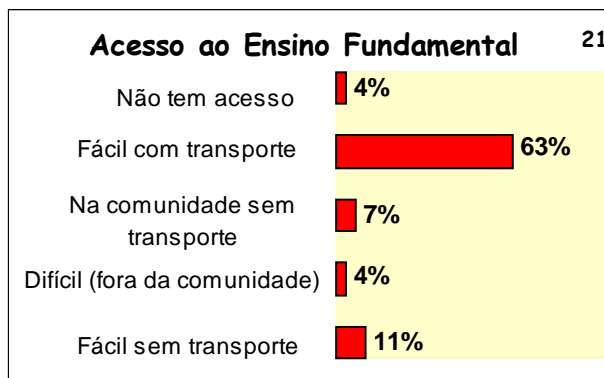
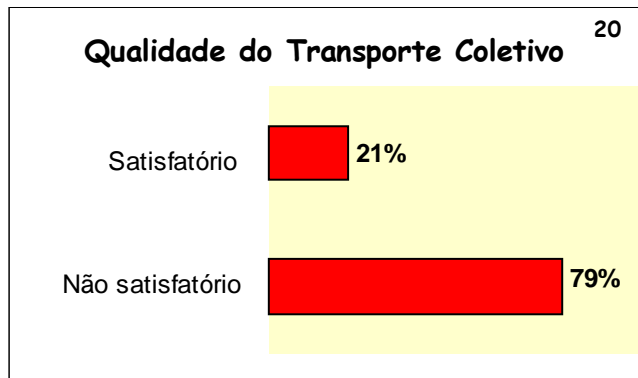
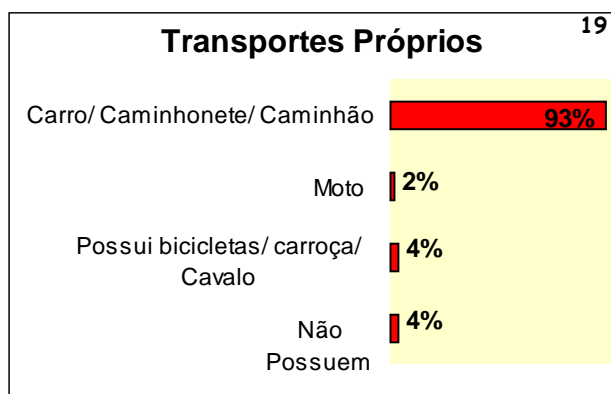
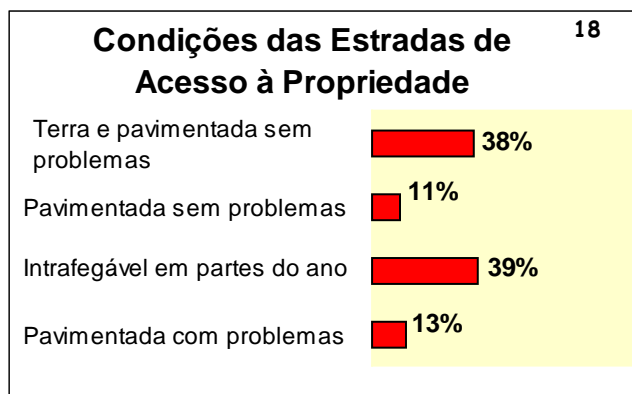
16	TEM ACESSO A PROGRAMAS DE SAÚDE PREVENTIVOS?	DE CÂNCER EM HOMEM E / OU MULHER
		DE ACOMPANHAMENTO DE PRÉ-NATAL
		SAÚDE BUCAL
		DST/AIDS
		CAMPANHAS DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS, ADULTOS E IDOSOS
17	TEM ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE?	HOSPITAL
		POSTO DE SAÚDE
		AMBULÂNCIA
		ATENDIMENTO MÉDICO E/OU EQUIPE DE SAÚDE E/OU PARAMÉDICOS
		ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO
		ACESSO A MEDICAMENTO E CONTRACEPTIVOS



e. TRANSPORTE

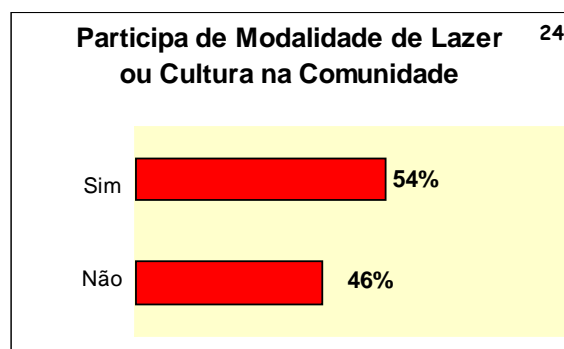
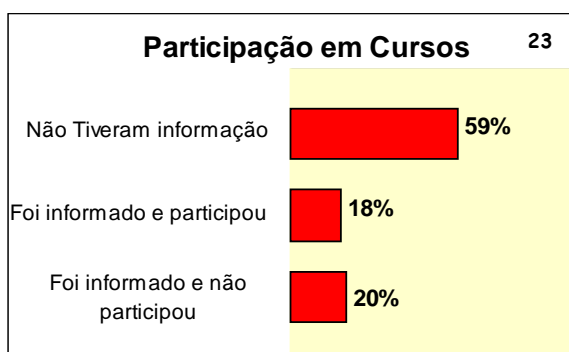
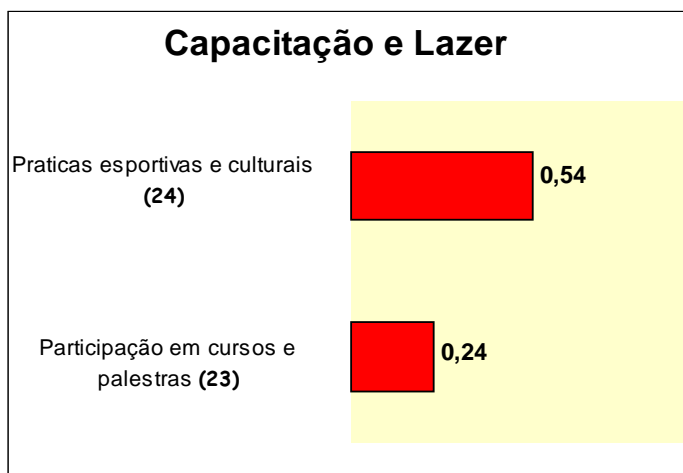


18	QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES DAS ESTRADAS DE ACESSO A SUA PROPRIEDADE?	PARTE DO ANO INTRAFEGÁVEL	
		TERRA OU PAVIMENTADA COM PROBLEMAS	
		TERRA E PAVIMENTADA SEM PROBLEMAS	
		PAVIMENTADA SEM PROBLEMAS	
19	QUAIS SÃO OS TRANSPORTES PRÓPRIOS QUE FAZ USO?	NÃO POSSUI	
		BICICLETA/CARROÇA/CAVALO	
		MOTO	
		CARRO, CAMIONETE, CAMINHÃO	
20	O TRANSPORTE COLETIVO É SATISFATÓRIO?	NÃO	
		SIM	
21	QUANTO A DIFICULDADE DE ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL?	NÃO TEM ACESSO	
		É DIFÍCIL (FORA DA COMUNIDADE)	
		É NA COMUNIDADE SEM TRANSPORTE	
		FÁCIL (DENTRO E/OU FORA DA COMUNIDADE)	COM TRANSPORTE SEM TRANSPORTE
22	QUANTO A DIFICULDADE DE ACESSO AO ENSINO MÉDIO?	NÃO TEM ACESSO	
		É DIFÍCIL (FORA DA COMUNIDADE)	
		É NA COMUNIDADE E NÃO MUITO FÁCIL	
		É FÁCIL (DENTRO E/OU FORA DA COMUNIDADE)	

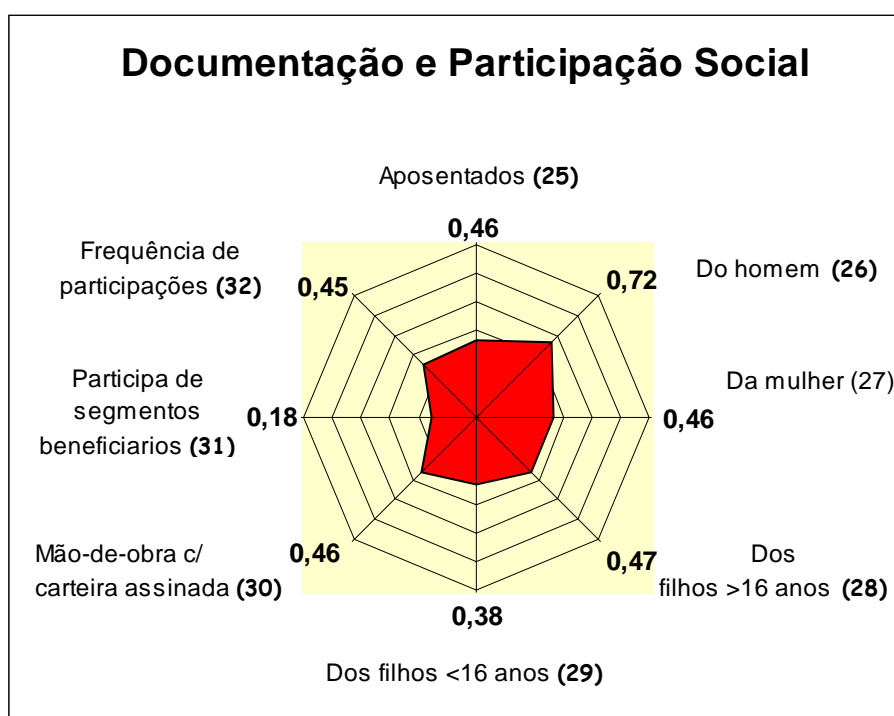
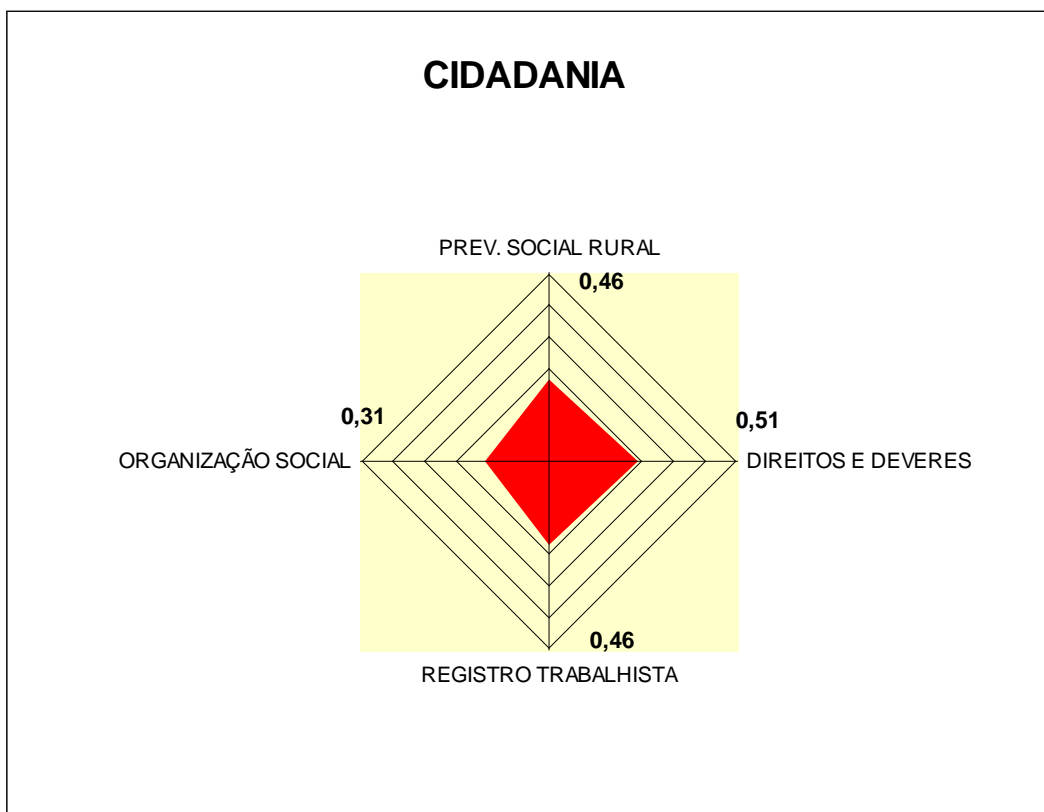


f. CAPACITAÇÃO E LAZER

23	TEVE INFORMAÇÃO OU PARTICIPOU DE CURSO REALIZADO POR ALGUMA INSTITUIÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES?	NÃO TEVE INFORMAÇÃO
		TEVE INFORMAÇÃO E NÃO PARTICIPOU
		TEVE INFORMAÇÃO E PARTICIPOU
24	PRÁTICA ESPORTE, LAZER OU RELIGIÃO NA COMUNIDADE?	NÃO
		SIM

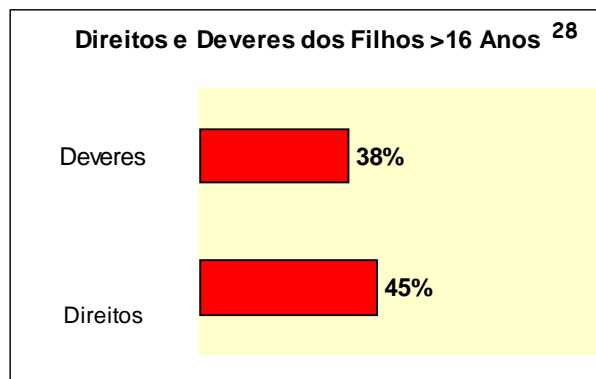
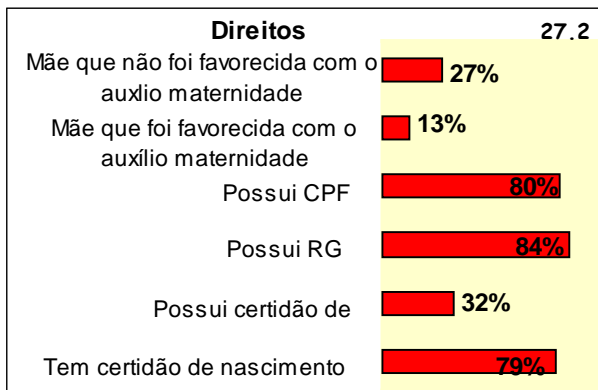
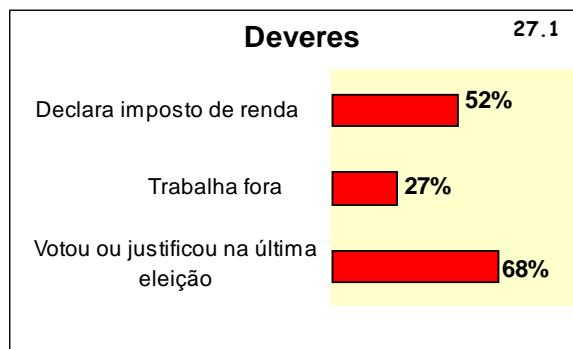
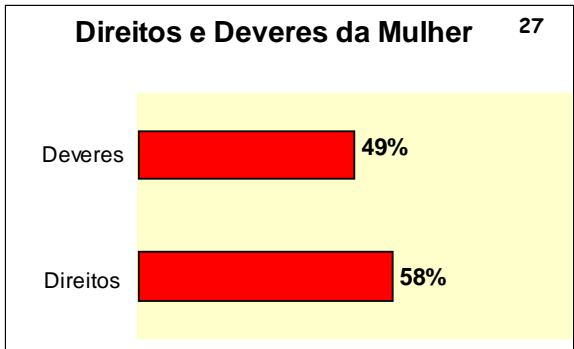
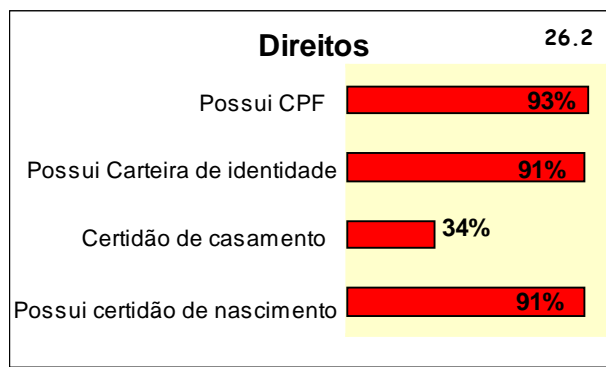
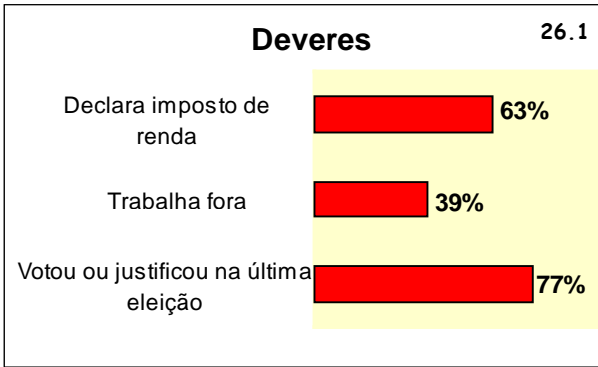
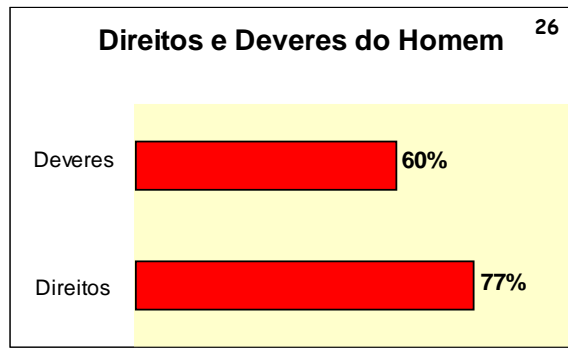
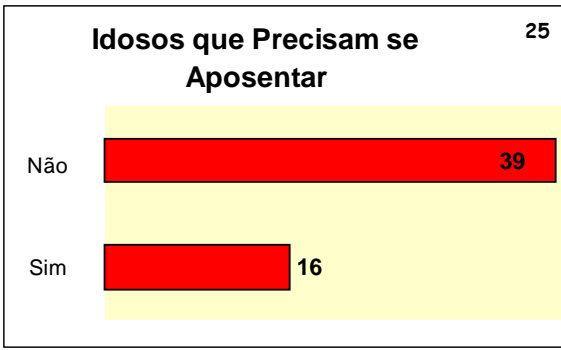


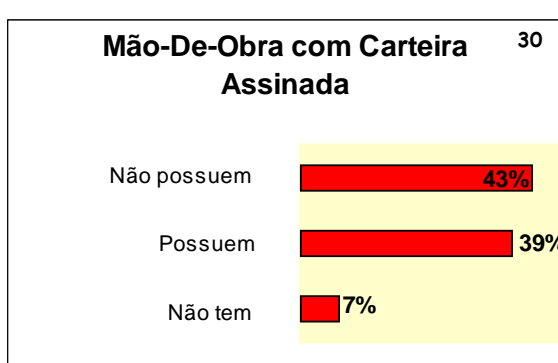
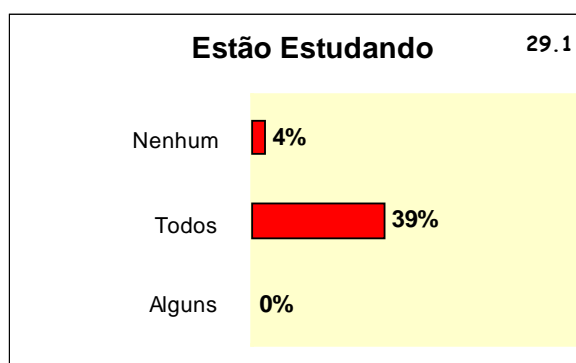
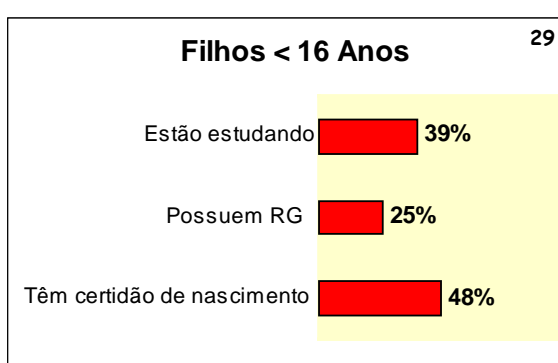
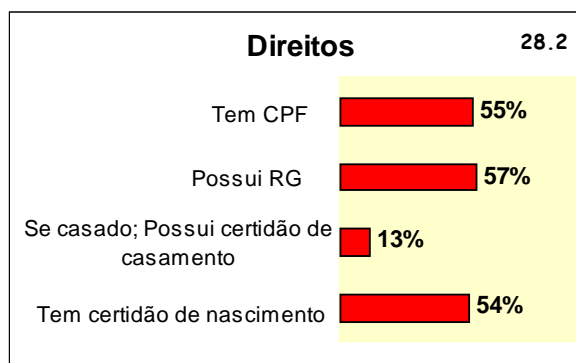
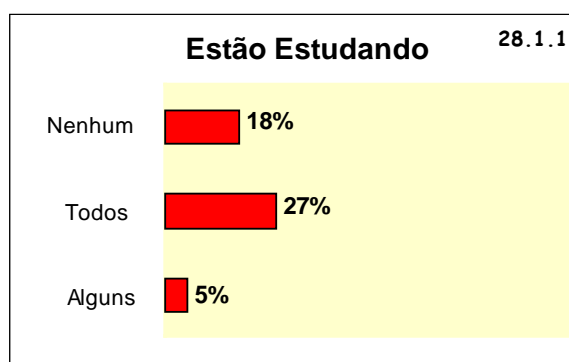
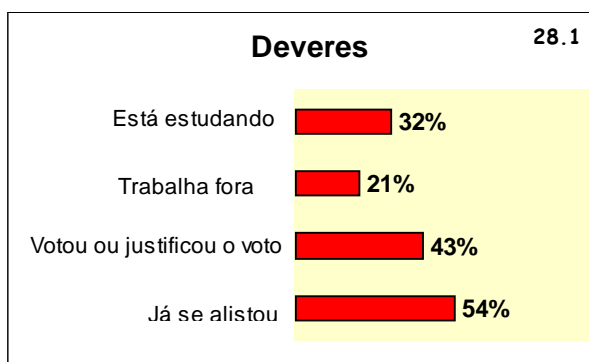
iii. CIDADANIA



a. DIREITOS E DEVERES

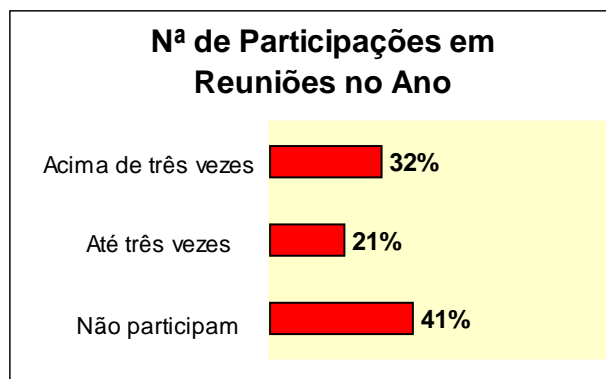
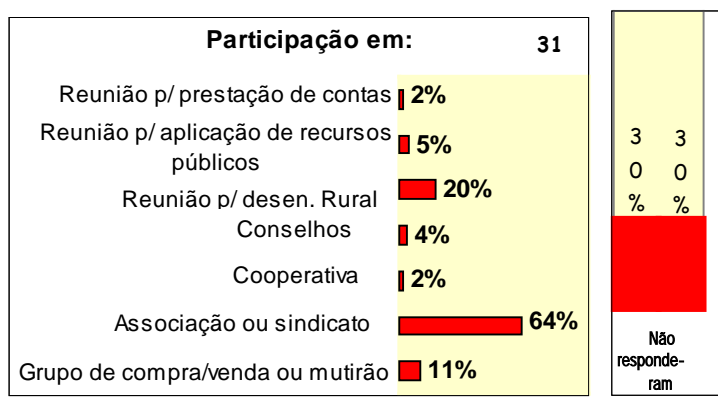
25	EXISTE ALGUM IDOSO; SE HOMEM (60 OU MAIS) / MULHER (55 OU MAIS) NA FAMÍLIA QUE AINDA NÃO ESTÁ APOSENTADO? <i>(OBS: MARCAR A QUANTIDADE)</i>	SIM----->QTDE		89		
		NÃO		90		
26	SE HOMEM ?	DIREITOS	TEM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR HOMEM, IR PARA 30)		91	
			SE COMPÕE UM CASAL E TEM CERTIDÃO DE CASAMENTO		92	
			TEM CARTEIRA DE IDENTIDADE		93	
			TEM CPF		94	
		DEVERES	VOTOU OU JUSTIFICOU SEU VOTO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO		95	
			TEM TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE QUE GERA RENDA COMPLEMENTAR		96	
Declara Imposto de Renda			97			
27	SE MULHER?	DIREITOS	TEM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR MULHER, IR PARA 31)		98	
			SE COMPÕE UM CASAL E TEM CERTIDÃO DE CASAMENTO		99	
			TEM CARTEIRA DE IDENTIDADE		100	
			TEM CPF		101	
		DEVERES	SE MÃE NOS ÚLTIMOS 5 ANOS FOI FAVORECIDA COM AUXÍLIO-MATERNIDADE?		SIM	102
					NÃO	103
			VOTOU OU JUSTIFICOU SEU VOTO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO		104	
			TEM TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE QUE GERA RENDA COMPLEMENTAR		105	
			DECLARA IMPOSTO DE RENDA		106	
			28	SE OS FILHOS MAIORES QUE 16 ANOS?	DIREITOS	TÉM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR FILHOS > 16 ANOS, IR PARA 32)
COMPÕE UM CASAL E TEM CERTIDÃO DE CASAMENTO		108				
TÉM CARTEIRA DE IDENTIDADE		109				
TEM CPF		110				
DEVERES	QUANTOS FILHOS > 17 ANOS, AINDA NÃO FIZERAM ALISTAMENTO MILITAR				111	
	VOTOU OU JUSTIFICOU SEU VOTO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO				112	
	TEM TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE QUE GERA RENDA COMPLEMENTAR				113	
	ESTÃO ESTUDANDO	ALGUNS			114	
		TODOS			115	
		NENHUM			116	
29	SE OS FILHOS MENORES QUE 16 ANOS?	TÉM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR FILHOS < 16, IR PARA 33)		117		
		TÉM CARTEIRA DE IDENTIDADE		118		
		ESTÃO ESTUDANDO	ALGUNS		119	
			TODOS		120	
			NENHUM		121	
30	SE TODOS TRABALHADORES ASSÍDUOS DA PROPRIEDADE, QUE NÃO SÃO DA FAMÍLIA, TÊM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA?	NÃO TEM TRABALHADORES (ir para próxima pergunta)		122		
		SIM		123		
		NÃO		124		



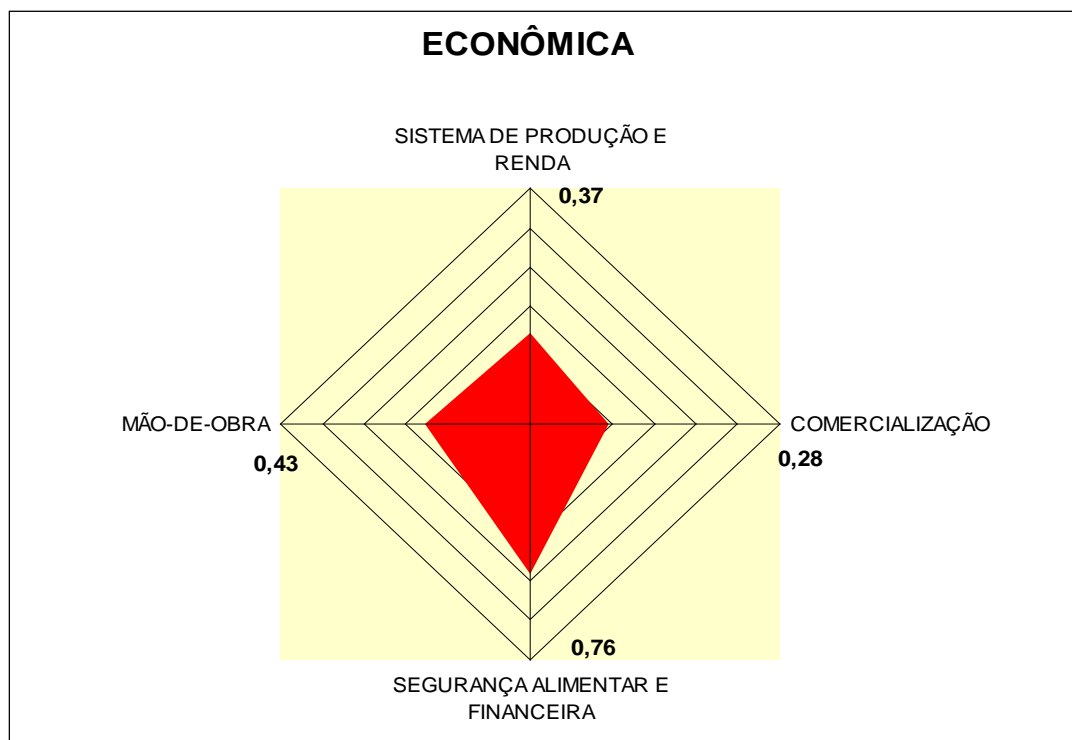


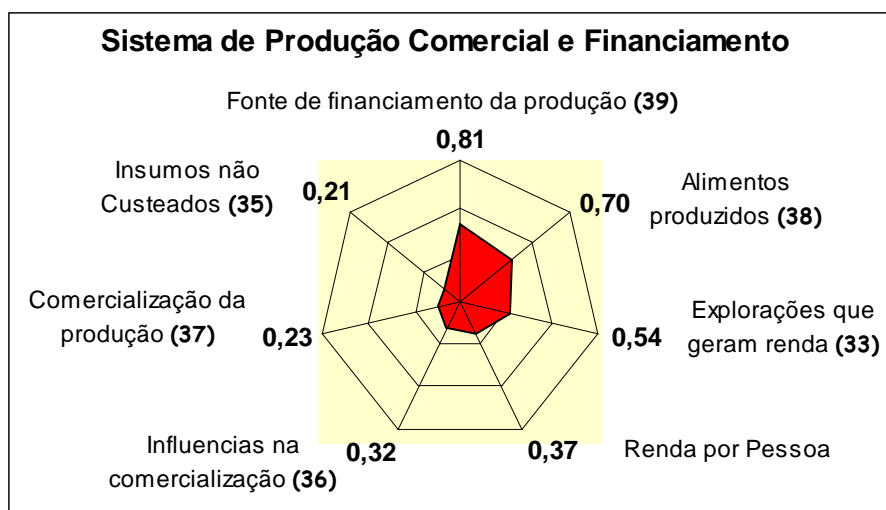
b. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

31	PARTICIPA OU PARTICIPOU (MULHER, JOVEM, IDOSO, TRABALHADOR OU PRODUTOR) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS DE:	GRUPO DE COMPRA, OU VENDA, OU MUTIRÃO, OU OUTROS	125
		ASSOCIAÇÃO OU SINDICATO	126
		COOPERATIVA	127
		CONSELHOS	128
		REUNIÕES DE DECISÃO SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	129
		REUNIÕES PARA DEFINIR A APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	130
32	QUANTAS VEZES ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA PARTICIPA DE REUNIÕES NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ANUALMENTE?	REUNIÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO	131
		NÃO PARTICIPA	132
		ATÉ TRÊS VEZES	133
		ACIMA DE TRÊS VEZES	134



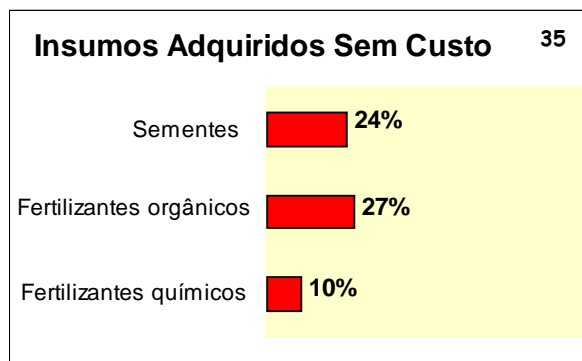
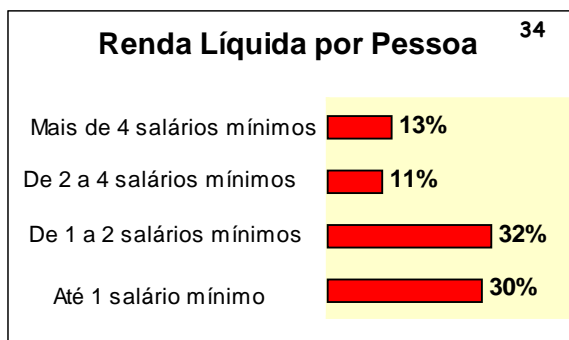
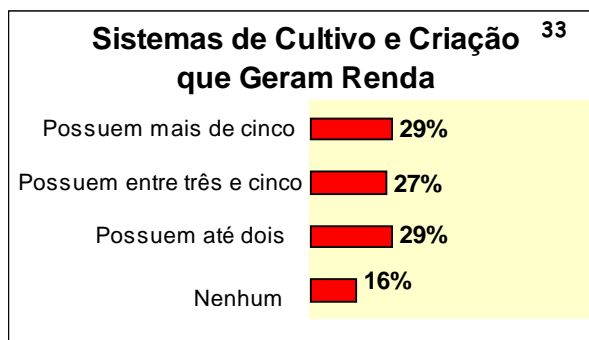
iv. ECONÔMICA





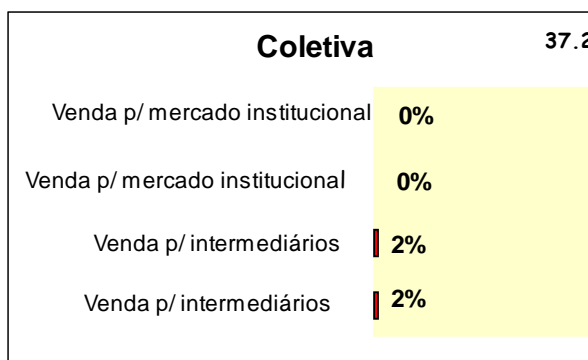
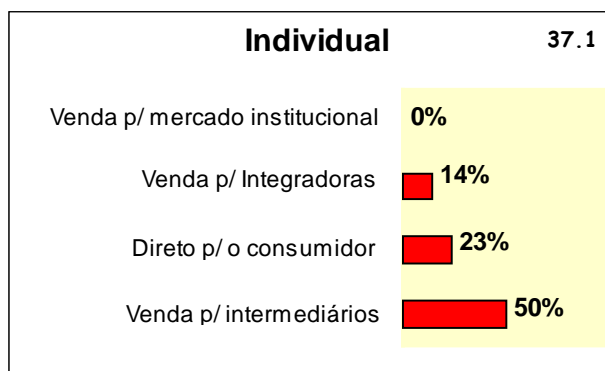
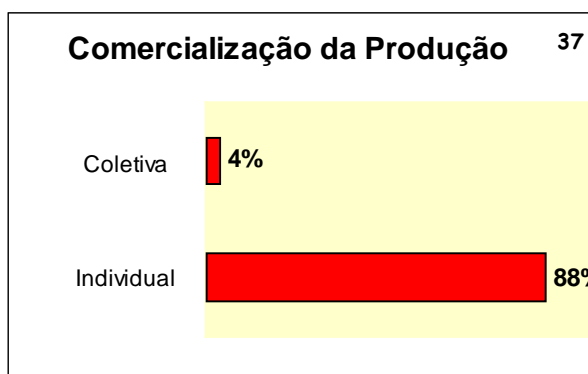
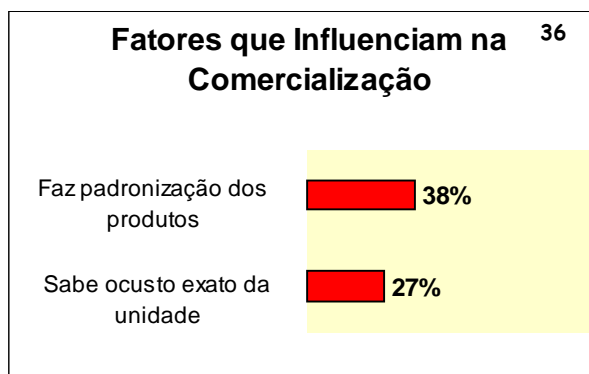
a. SISTEMA DE PRODUÇÃO E DE RENDA

33	QUANTAS EXPLORAÇÕES (DE CULTIVO E DE CRIAÇÕES) EXISTEM NA PROPRIEDADE COM A FINALIDADE DE GERAR RENDA ?	NENHUM	135
		ATÉ DOIS	136
		DE TRÊS A CINCO	137
		MAIS DE CINCO	138
34	QUAL A RENDA LÍQUIDA FAMILIAR NESTA UNIDADE PRODUTIVA QUE É ESTIMADA POR PESSOA?	ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO	139
		DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	140
		DE 2 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	141
		MAIS DE 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	142
35	QUAIS DESTES INSUMOS SÃO COMPRADOS?	FERTILIZANTES QUÍMICOS	143
		FERTILIZANTES ORGÂNICOS	144
		SEMENTES	145



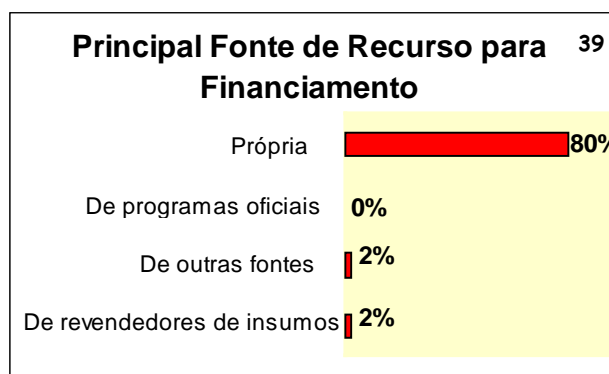
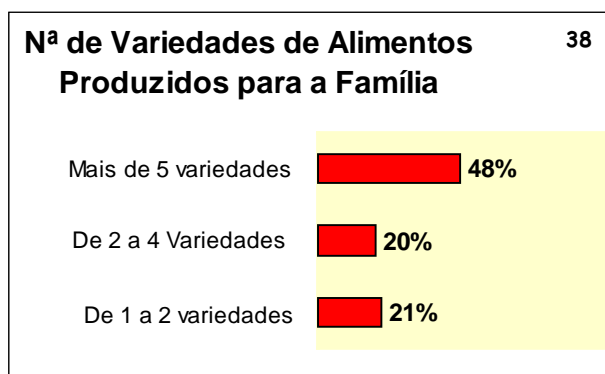
COMERCIALIZAÇÃO

36	QUANTO AOS FATORES QUE INFLUECIAM NA COMERCIALIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS?	SABE O CUSTO EXATO DE UMA UNIDADE SUA, QUE É COMERCIALIZADA	146	
		FAZ PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS	147	
37	DE QUE FORMA É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DA SUA PRODUÇÃO? O QUE PREVALECE	INDIVIDUAL	PARA INTERMEDIÁRIOS	148
			DIRETO AO CONSUMIDOR	149
			MERCADO INSTITUCIONAL	150
		COLETIVA	PARA INTEGRADORA	151
			PARA INTERMEDIÁRIOS	152
			DIRETO AO CONSUMIDOR	153
		MERCADO INSTITUCIONAL	154	
		PARA INTEGRADORA	155	

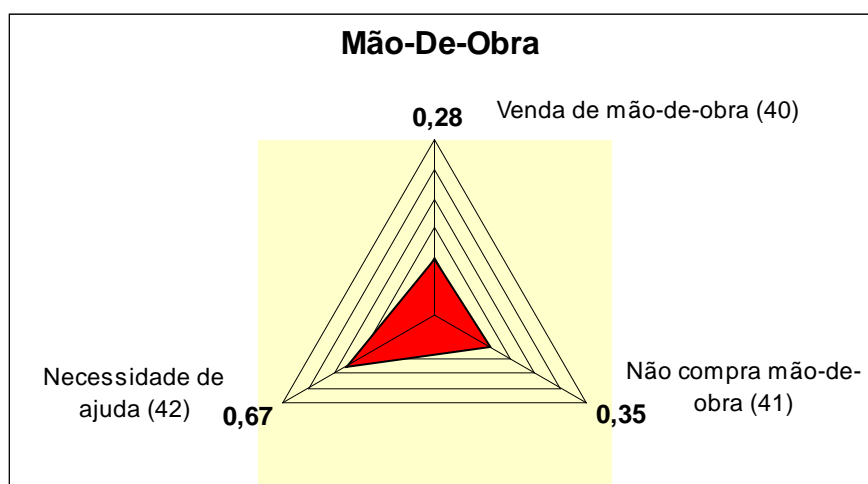


b. SEGURANÇA ALIMENTAR E FINANCEIRA

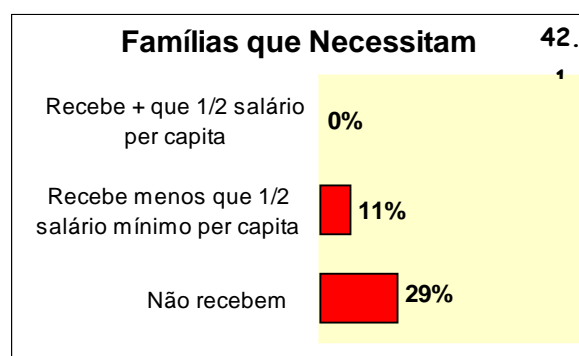
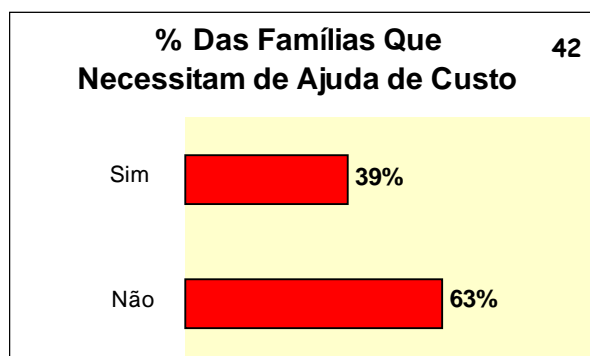
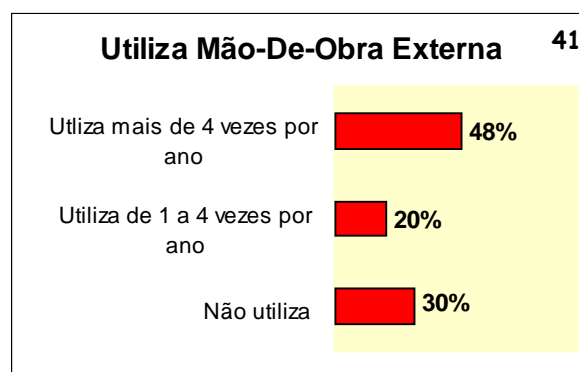
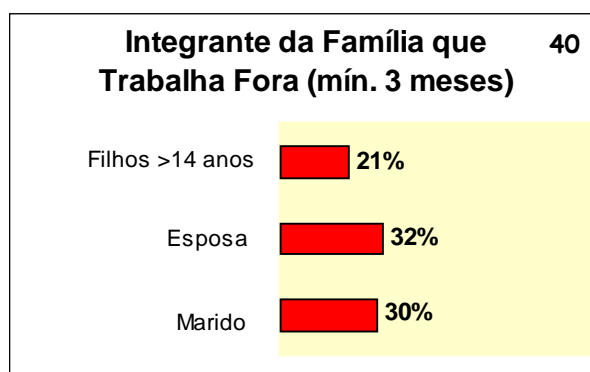
38	QUANTAS VARIEDADES DE ALIMENTOS (hortaliças, frutas, grãos, ovos, leite carne) SÃO PRODUZIDAS NA PROPRIEDADES E SUFICIENTES PARA ALIMENTAR A FAMÍLIA?	NENHUMA	156
		DE 1 A 2 DESSAS VARIEDADES	157
		MAIS DE 2 ATÉ 4 DESSAS VARIEDADES	158
		MAIS DE 5 DESSAS VARIEDADES	159
39	QUAL A ORIGEM PRINCIPAL DA FONTE DE RECURSOS QUE FINANCIA A SUA PRODUÇÃO?	DE REVENDEDORES DE INSUMOS	160
		DE OUTRAS FONTES	161
		DE PROGRAMAS OFICIAIS	162
		PRÓPRIA	163



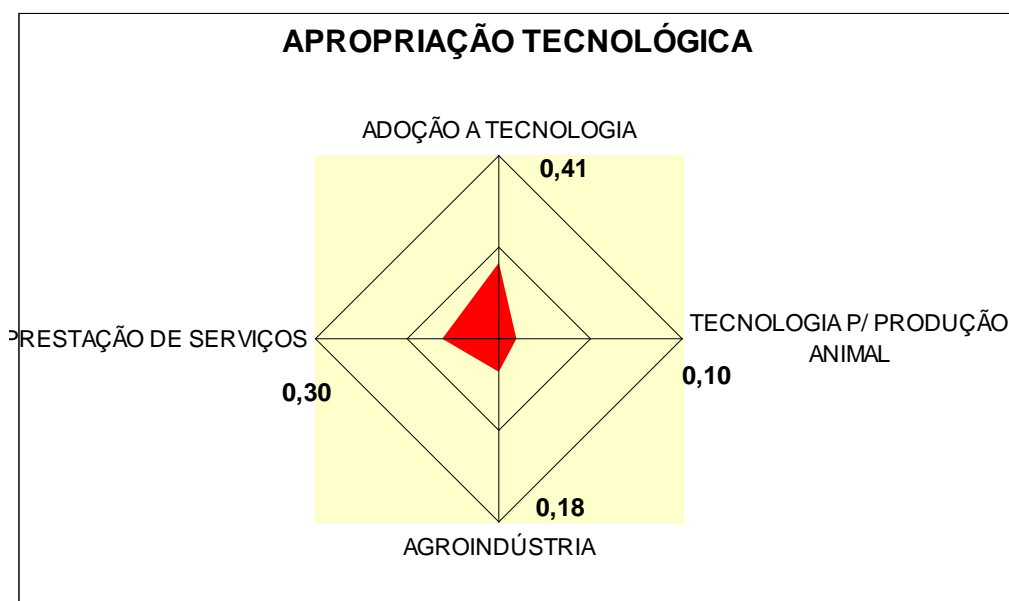
c. MÃO-SE-OBRA



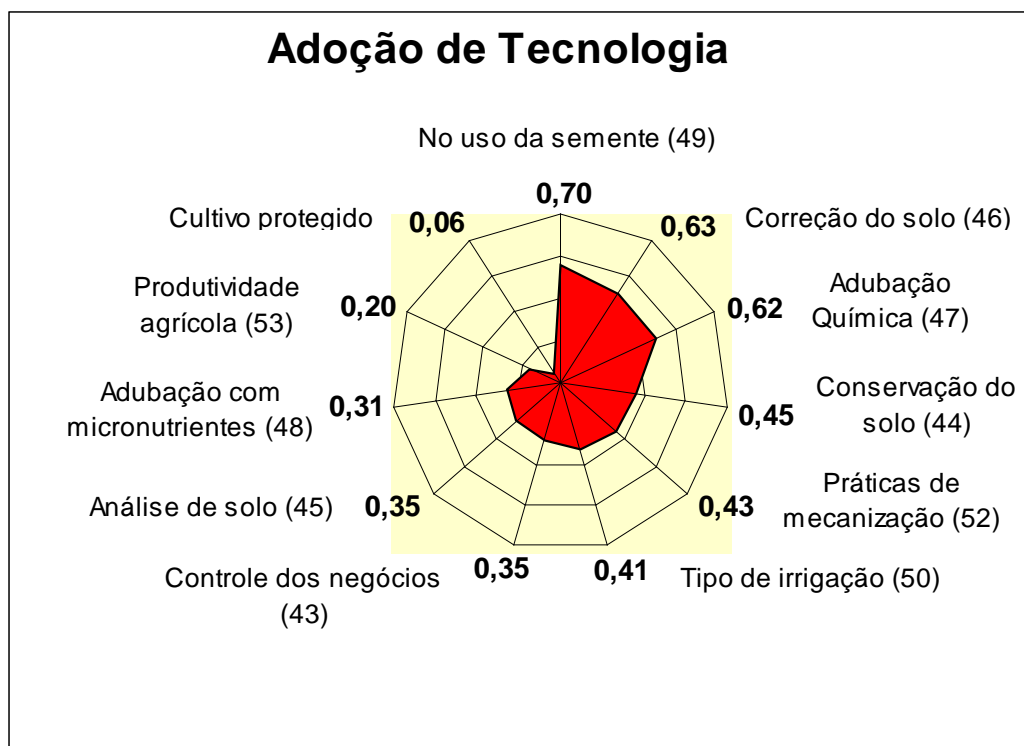
40	QUEM DA FAMÍLIA TRABALHA FORA DA UNIDADE PRODUTIVA PELO MENOS 3 MESES POR ANO?	MARIDO	SIM
			NÃO
		ESPOSA	SIM
			NÃO
41	UTILIZA MÃO-DE-OBRA EXTERNA PARA ALGUMAS ATIVIDADES NA PROPRIEDADE?	FILHOS > DE 14 ANOS	SIM
			NÃO
		NÃO ESPORADICAMENTE (DE 1 A 4 VEZES POR ANO) FREQUENTEMENTE (OU MAIS DE 4 VEZES AO ANO)	
42	A FAMÍLIA TEM NECESSIDADE DE RECEBER ALGUMA AJUDA DE CUSTO DO GOVERNO? (BOLSA, VALES DE POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS, ETC.)	NÃO (VAI PARA A PRÓXIMA PERGUNTA)	
		SIM	E NÃO RECEBE
			RECEBE MAIS DE 1/2 SALÁRIOS MÍNIMOS PER CAPITA RECEBE MAIS DE ¼ SALÁRIO MÍNIMO PER CAPTA



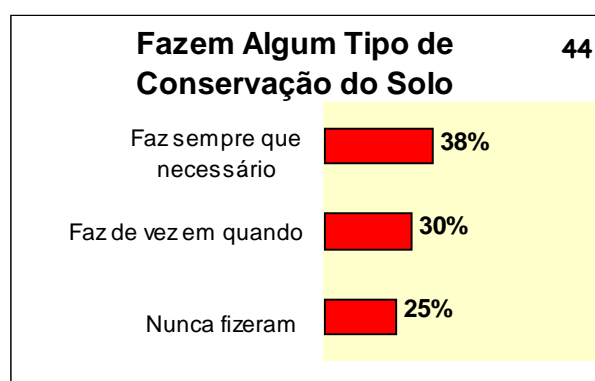
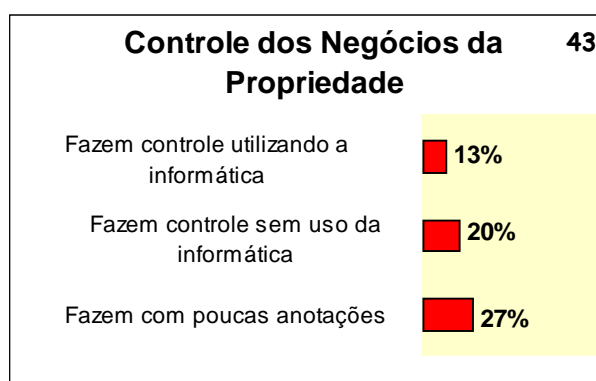
v. APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA

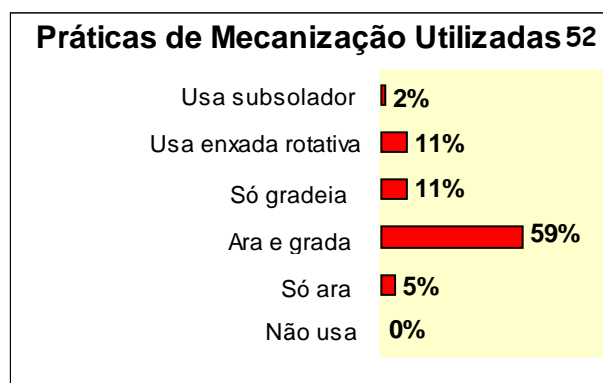
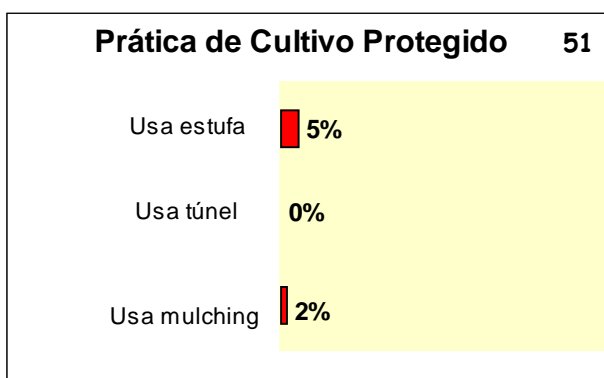
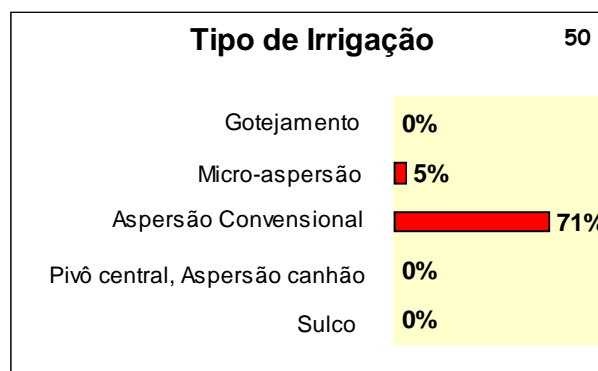
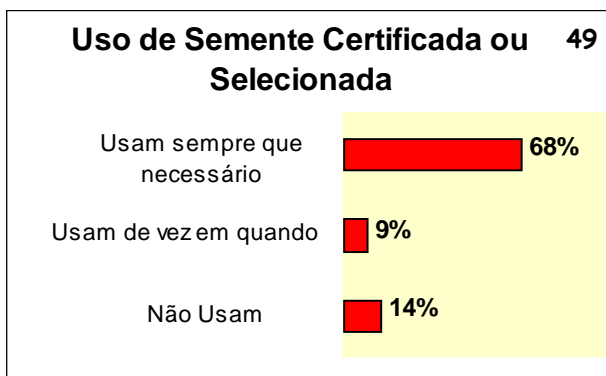
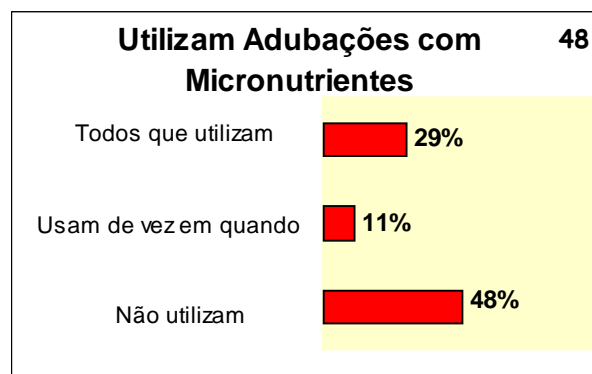
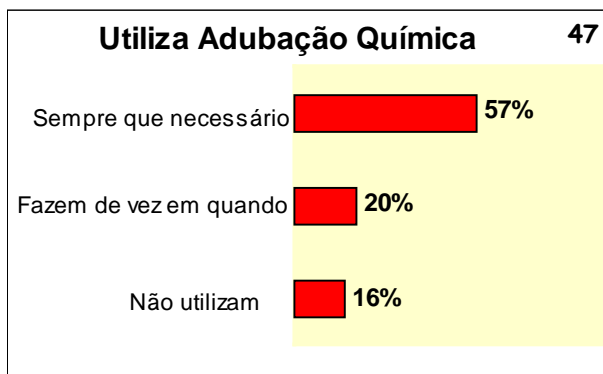
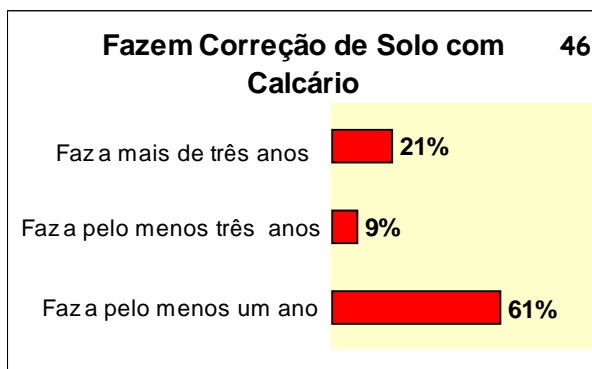
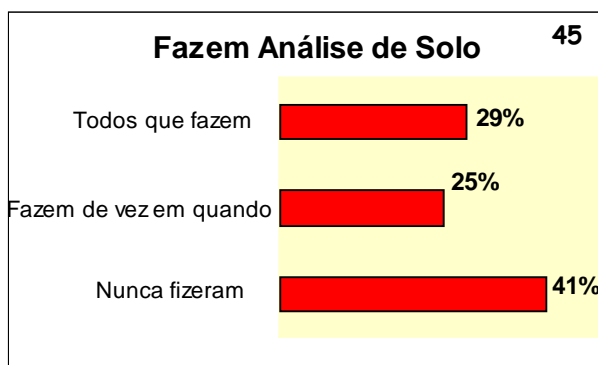


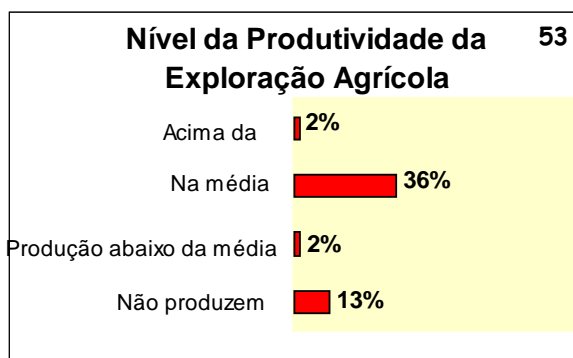
a. APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA



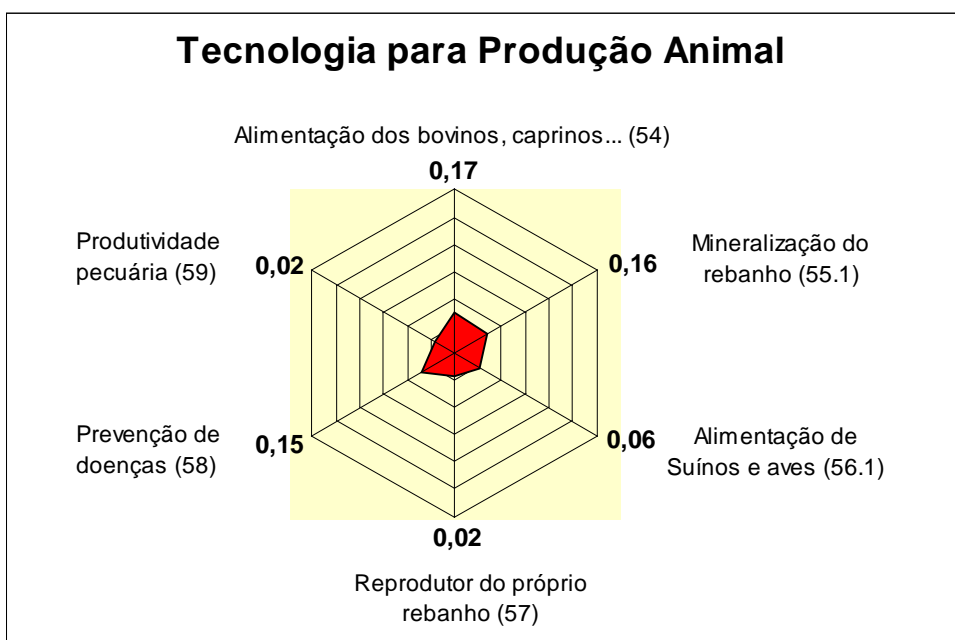
43	DE QUE FORMA FAZ CONTROLE DOS NEGÓCIOS DA SUA PROPRIEDADE?	NÃO FAZ CONTROLE DO CUSTO DA SUA PRODUÇÃO
		FAZ COM POUCAS ANOTAÇÕES
		FAZ COM ANOTAÇÕES DOS CUSTOS DA PRODUÇÃO E ATÉ DA VENDA
		FAZ CONTROLE E UTILIZA A INFORMÁTICA PARA TOMADA DE DECISÃO
44	FAZ ALGUM TIPO DE CONSERVAÇÃO DE SOLO?	NUNCA FEZ NEHUMA PRÁTICA, MESMO NECESSITANDO
		FAZ DE VEZ EM QUANDO
		FAZ SEMPRE QUE NECESSÁRIO OU NÃO NECESSITA FAZER
45	FAZ ANÁLISE DE SOLO?	NÃO FAZ
		FAZ DE VEZ EM QUANDO
		FAZ SEMPRE QUE NECESSÁRIO
46	FEZ CORREÇÃO DE SOLO COM CALCÁRIO?	HÁ PELO MENOS 1 ANO
		HÁ PELO MENOS 3 ANOS
		HÁ MAIS DE TRÊS ANOS
47	UTILIZA ADUBAÇÃO QUÍMICA (NPK) DO SOLO?	NÃO
		DE VEZ EM QUANDO
		SEMPRE QUE NECESSÁRIO
48	UTILIZA ADUBAÇÃO DE MICRONUTRIENTES DO SOLO?	NÃO FAZ
		DE VEZ EM QUANDO
		SEMPRE QUE NECESSÁRIO
49	USA SEMENTECERTIFICADA OU SELECIONADA?	NÃO
		DE VEZ EM QUANDO
		SEMPRE QUE NECESSÁRIO
50	QUAL O TIPO DE IRRIGAÇÃO QUE PREVALECE NA PROPRIEDADE?	NÃO USA
		SULCO
		PIVÔ CENTRAL, ASPERSÃO CANHÃO OU AUTO PROPULSIVO
		ASPERSÃO CONVENCIONAL
		MICRO-ASPERSÃO GOTEJAMENTO
51	QUAL A PRÁTICA DE CULTIVO PROTEGIDO QUE MAIS PREVALECE NA PROPRIEDADE?	NÃO USA
		USA MULCHING
		USA TÚNEL
		USA ESTUFA
52	QUAIS AS PRÁTICAS DE MECANIZAÇÃO QUE PREVALECEM NA PROPRIEDADE?	NUNCA USOU
		SÓ ARA
		ARA E GRADEIA
		SÓ GRADEIA
		USA ENXADA ROTATIVA USA SUBSOLADOR
53	A PRODUTIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM MAIOR IMPORTÂNCIA ECONÔMICA PARA A FAMÍLIA ESTÁ EM QUE NÍVEL? (VER TABELA DO IPA AGRÍCOLA DA UL)	NÃO PRODUZ
		ABAIXO DA MÉDIA
		MÉDIA
		ACIMA DA MÉDIA



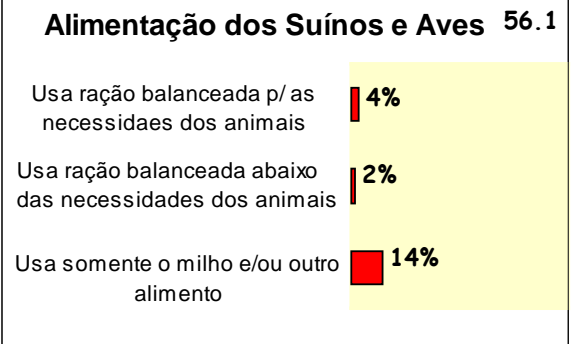
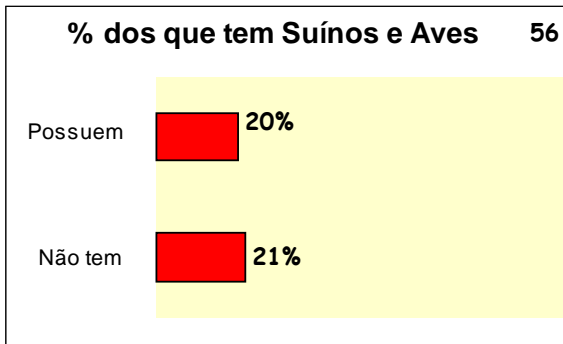
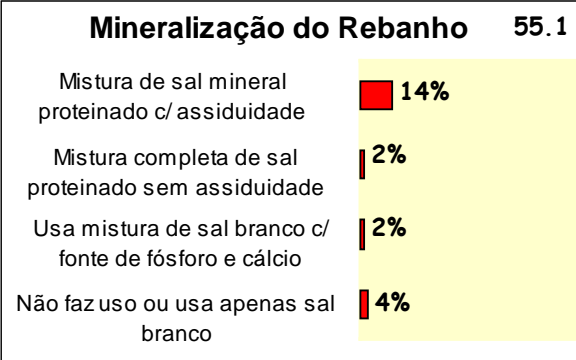
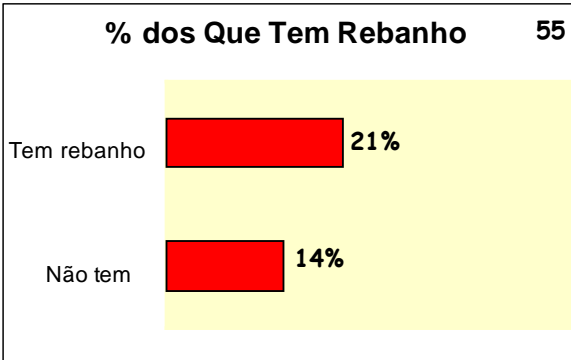
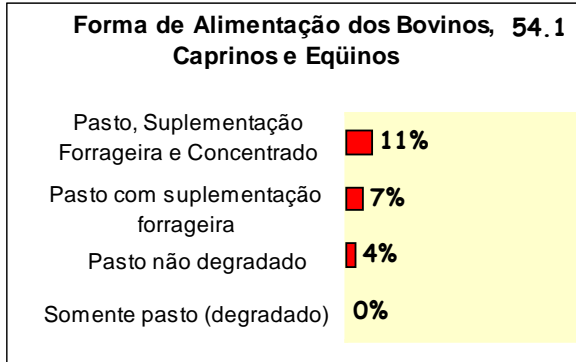
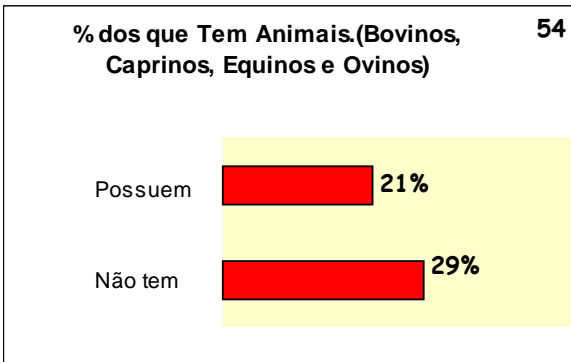


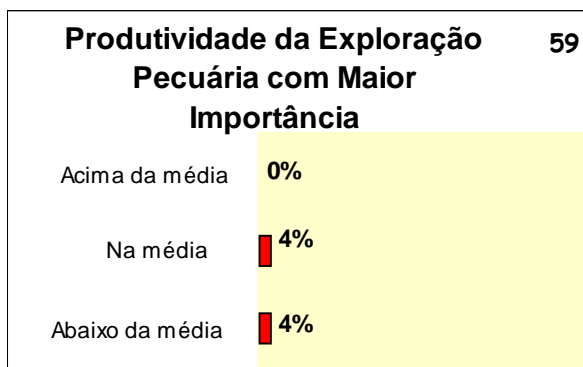
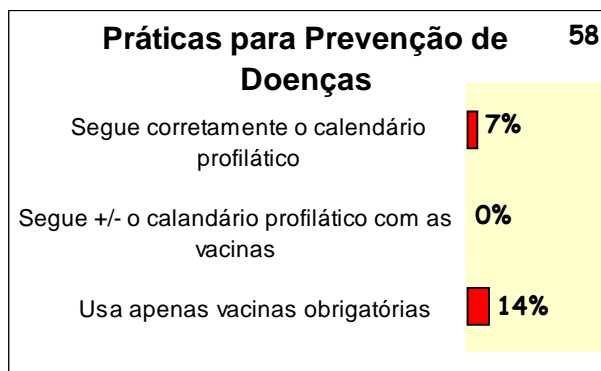
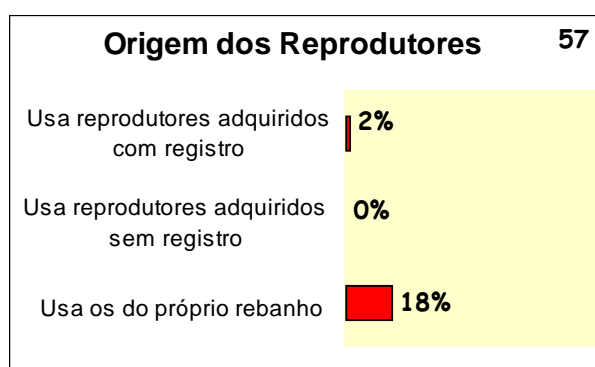


b. APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA NA PRODUÇÃO ANIMAL

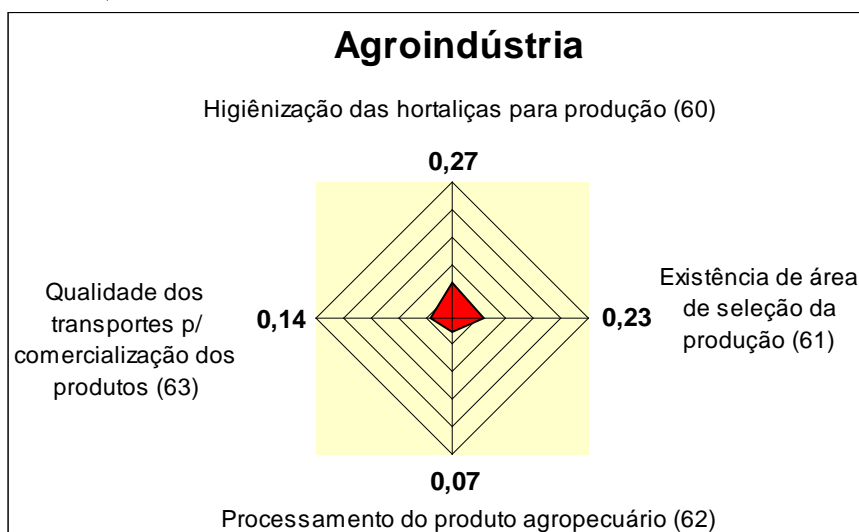


54	QUAL A FORMA DE ALIMENTAÇÃO DO BOVINOS, CAPRINOS, OVINOS, EQUINOS?	NÃO TEM NENHUM DESTES ANIMAIS
		SOMENTE A PASTO COM PASTAGEM DEGRADADA
		SOMENTE A PASTO COM PASTAGEM NÃO DEGRADADA
		A PASTO MAIS SUPLEMENTAÇÃO FORRAGEIRA
		A PASTO MAIS SUPLEMENTAÇÃO FORRAGEIRA E USA CONCENTRADO
55	COMO É FEITA A MINERALIZAÇÃO DO REBANHO?	NÃO TEM ANIMAIS QUE NECESSITAM DE MINERALIZAÇÃO
		NÃO FAZ OU SÓ UTILIZA SAL BRANCO
		USA MISTURA DE SAL BRANCO COM FONTE DE FÓSFORO E DE CÁLCIO
		USA MISTURA COMPLETA DE SAL MIBERAL/PROTEINADO SEM ASSIDUIDADE
		USA MISTURA DE SAL MINERAL/PROTEINADO COM ASSIDUIDADE
56	COMO É FEITA A ALIMENTAÇÃO DE SUÍNOS E AVES?	NÃO TEM ESTES ANIMAIS
		USA SOMENTE MILHO E/OU OUTRO ALIMENTO ENERGÉTICO
		USA RAÇÃO BALANCEADA ABAIXO DAS NECESSIDADE DOS ANIMAIS
		USA RAÇÃO BALANCEADA PARA AS NECESSIDADES DOS ANIMAIS
		USA REPRODUTORES E MATRIZES DE SELEÇÃO DO PRÓPRIO REBANHO
57	QUAL A ORIGEM DOS REPRODUTORES?	USA REPRODUTORES E/OU MATRIZES ADQUIRIDOS SEM REGISTRO
		USA REPRODUTORES/MATRIZES ADQUIRIDOS COM REGISTRO
58	QUAIS SÃO AS PRÁTICAS QUE UTILIZA PARA EVITAR DOENÇAS?	NÃO UTILIZA PRÁTICA SANITÁRIA DE CONTROLE PREVENTIVO
		USA SOMENTE YACINAS OBRIGATÓRIAS E YERMIFUGAÇÕES ESPORÁDICAS
		SEGUE EM PARTE O CALENDÁRIO PROFILÁTICO MAIS AS YACINAS OBRIGATÓRIAS
		SEGUE CORRETAMENTE O CALENDÁRIO PROFILÁTICO
59	QUAL A PRODUTIVIDADE DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA COM MAIOR IMPORTÂNCIA ECONÔMICA? (VER TABELA DO IPA ANIMAL DA UL)	NÃO TEM EXPLORAÇÃO
		ABAIXO DA MÉDIA
		MÉDIA
		ACIMA DA MÉDIA

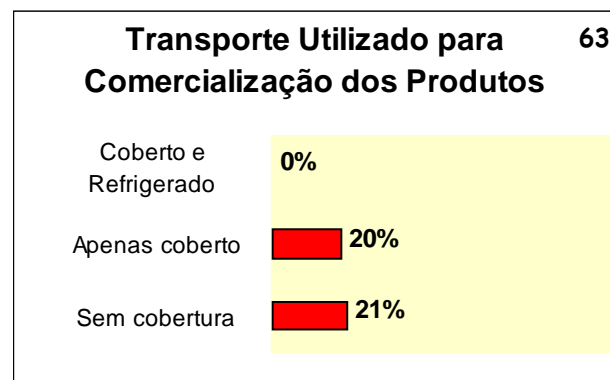
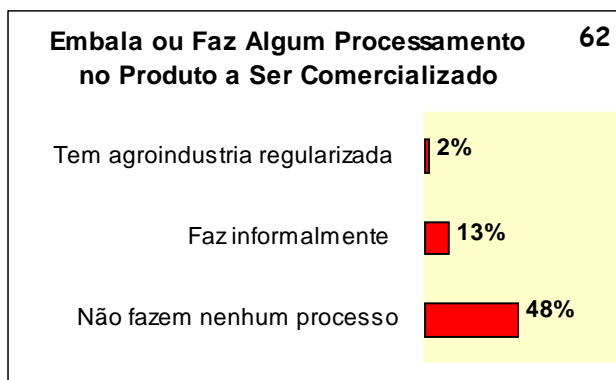
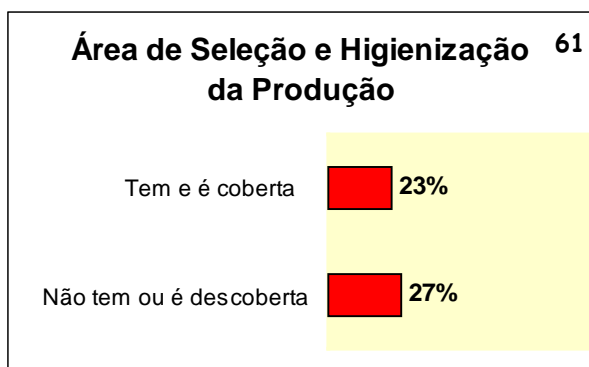
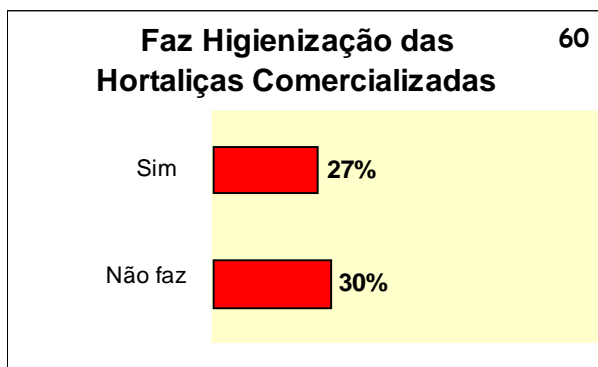




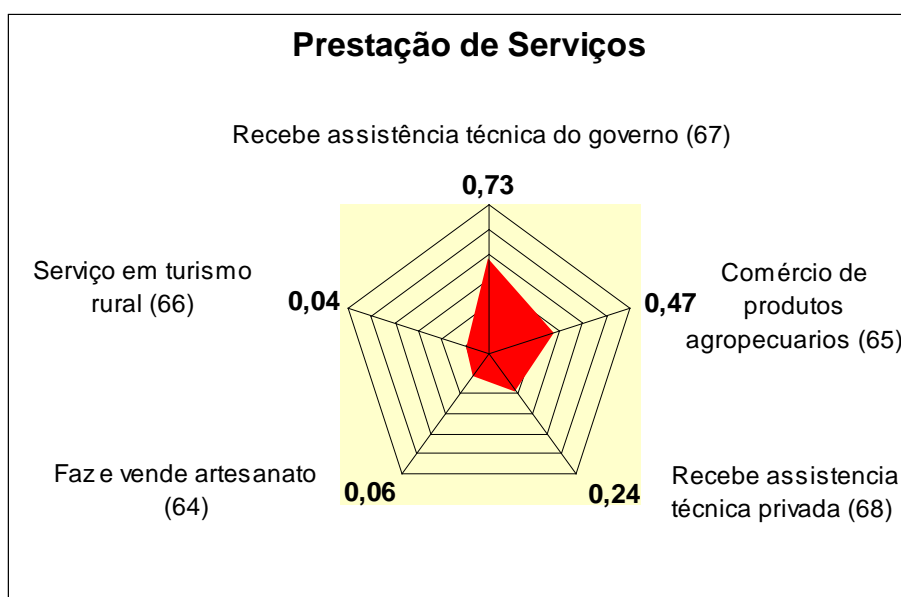
c. APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGROINDÚSTRIA



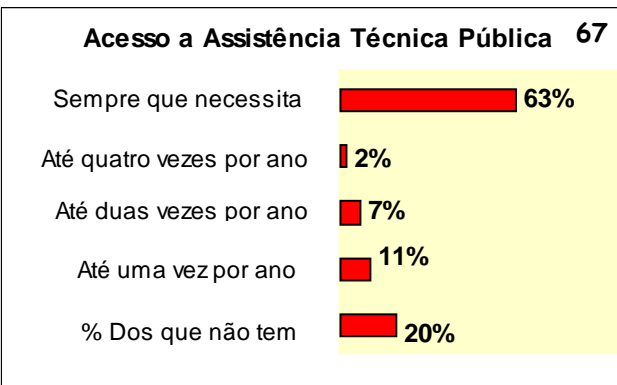
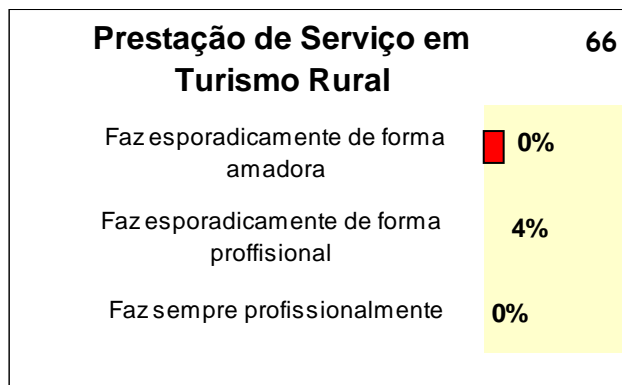
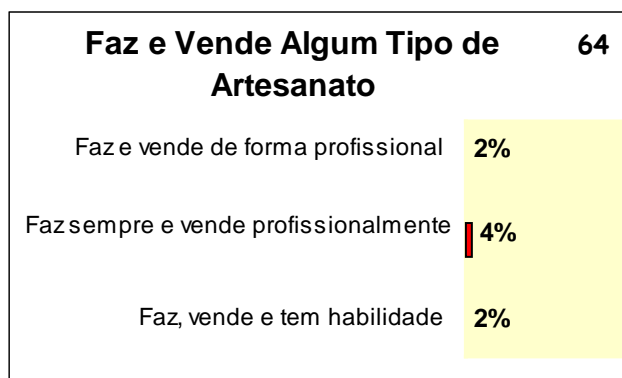
60	PARA COMERCIALIZAR AS HORTALIÇAS É FEITA HIGIENIZAÇÃO E/OU SANITIZAÇÃO?	NÃO FAZ
61	EXISTE ÁREA DE SELEÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DA PRODUÇÃO?	NÃO OU DESCOBERTO SIM COBERTO
62	EMBALA OU FAZ ALGUM PROCESSAMENTO DE PRODUTO AGROPECUÁRIO PARA VENDER?	NÃO FAZ FAZ INFORMALMENTE TEM AGROINDÚSTRIA REGULARIZADA
63	QUAL O TRANSPORTE UTILIZADO PARA COMERCIALIZAR OS PRODUTOS AGROINDUSTRIALIZADOS?	SEM COBERTURA SOMENTE COBERTO COBERTO E REFRIGERADO

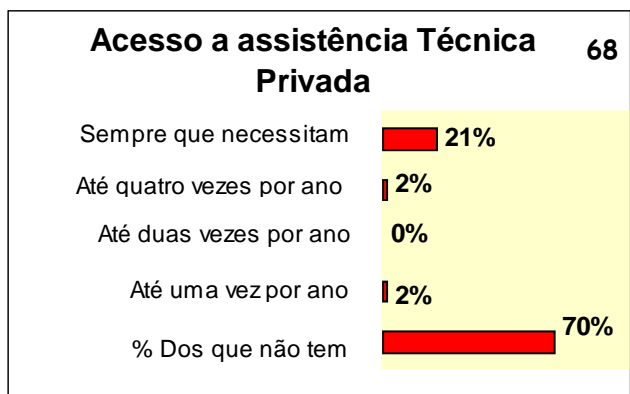


d. PRESTAÇÃO E ACESSO A SERVIÇOS

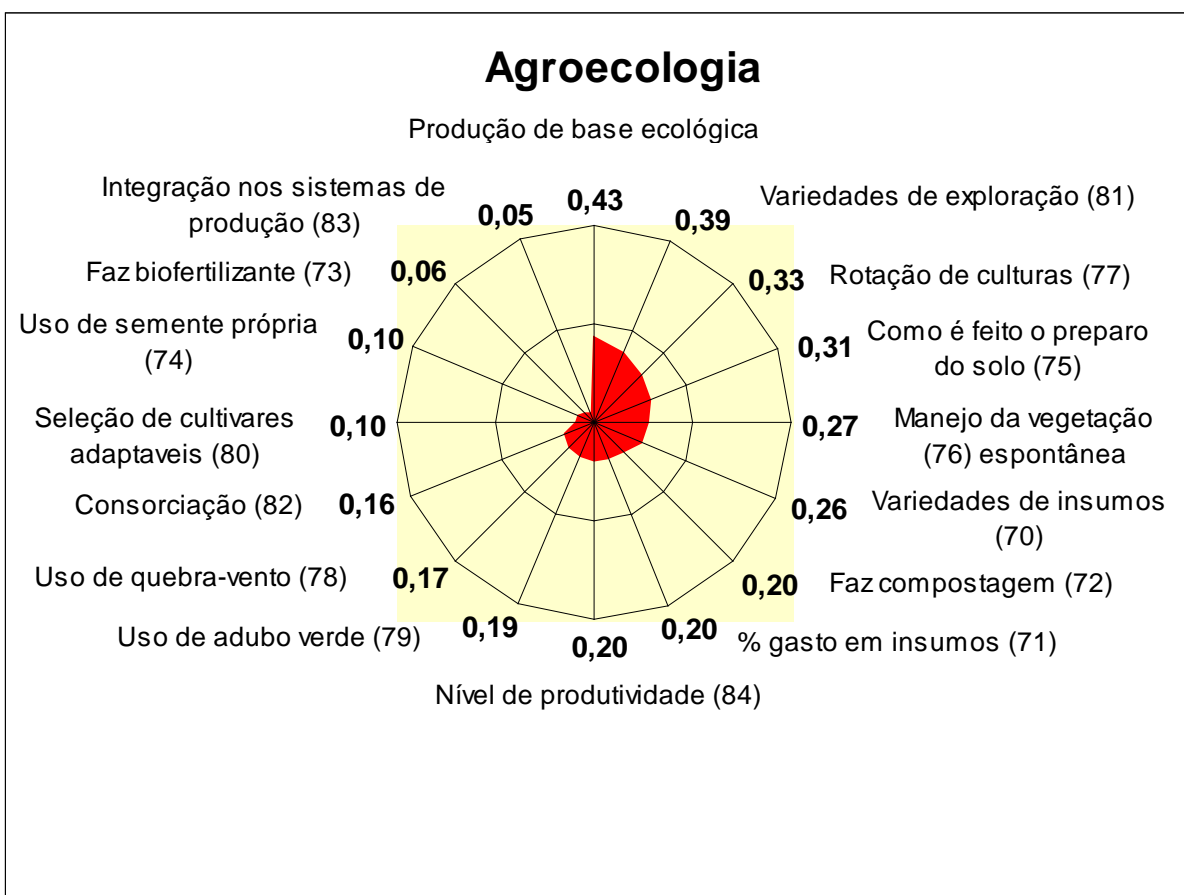


64	FAZ E VENDE ALGUM TIPO DE ARTESANATO?	NÃO FAZ E NÃO TEM HABILIDADE	
		FAZ / VENDE ESPORADICAMENTE E TEM HABILIDADE	
		FAZ / VENDE ESPORADICAMENTE DE FORMA PROFISSIONAL	
		FAZ / VENDE SEMPRE PROFISSIONALMENTE	
65	QUANTO A INFORMAÇÃO PARA COMERCIALIZAR OS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PRODUZIDOS NA PROPRIEDADE?	COMERCIALIZA POUCO A SUA PRODUÇÃO	
		NÃO TEM ACESSO A INFORMAÇÃO DOS PREÇOS E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO	
		TEM ACESSO A INFORMAÇÃO DOS PREÇOS E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PRATICADOS NA REGIÃO PRATICADOS NA REGIÃO SEM UM PROJETO ESPECÍFICO DE COMERCIALIZAÇÃO	
		UTILIZA-SE DE DIVERSAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA ELABORAR O SEU PROJETO DE PRODUÇÃO COM ENFOQUE NA COMERCIALIZAÇÃO	
66	FAZ ALGUM TIPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TURISMO RURAL?	NÃO FAZ NENHUMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTE RAMO	
		FAZ ESPORADICAMENTE DE FORMA AMADORA	
		FAZ ESPORADICAMENTE DE FORMA PROFISSIONAL	
		FAZ SEMPRE PROFISSIONALMENTE	
67	TEM ACESSO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA OFERTADA PELO GOVERNO TAL COMO EMATER, UNIVERSIDADE PÚBLICAS, EMBRAPA E OUTRAS?	NÃO TEM	
		ATÉ UMA VEZ POR ANO	
		ATÉ DUAS VEZES POR ANO	
		ATÉ QUATRO VEZES POR ANO	
68	TEM ACESSO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRIVADA OFERECIDA PELOS VENDEDORES DE INSUMO, PROFISSIONAIS, SEBRAE, COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES, INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA?	NÃO TEM	
		ATÉ UMA VEZ POR ANO	
		ATÉ DUAS VEZES POR ANO	
		ATÉ QUATRO VEZES POR ANO	
		SEMPRE QUE NECESSITA	



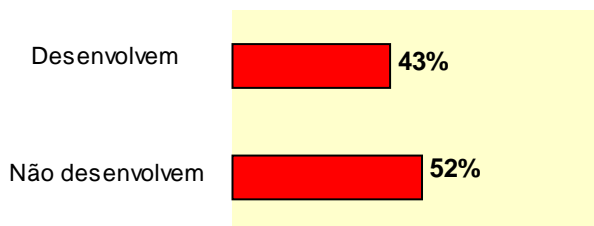


vi. AGROECOLOGIA

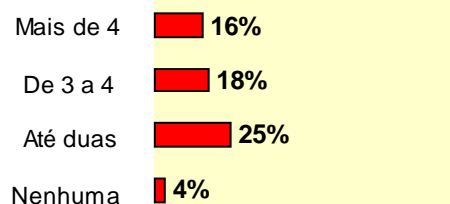


69	DESENVOLVE ALGUMAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO DE BASE ECOLÓGICA? NÃO NECESSITA SER AGRICULTOR ORGÂNICO	NÃO (ir para pergunta de número 88)	
		SIM (segue abaixo as demais perguntas sobre agroecologia)	
70	ATÉ QUANTAS VARIEDADES DE INSUMOS EXTERNOS (fertilizantes, defensivos) SÃO UTILIZADAS POR PLANTIO?	NENHUMA	
		ATÉ 2	
		DE 3 A 4	
		MAIS DE 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	
71	QUAL A PERCENTAGEM EM VALORES (ESTIMADA) QUE É GASTO DE INSUMOS EXTERNOS NA PRODUÇÃO?	NENHUMA	
		ATÉ 10 %	
		DE 10 A 20%	
		MAIS QUE 20 %	
72	FAZ COMPOSTAGEM?	DESCONHEÇO	
		NÃO FAZ	
		FAZ OCASIONALMENTE	
		FAZ FREQUENTEMENTE	
73	FAZ BIOFERTILIZANTE?	DESCONHEÇO	
		NÃO FAZ	
		FAZ OCASIONALMENTE	
		FAZ FREQUENTEMENTE	
74	QUAL O PERCENTUAL DE SEMENTE UTILIZADA QUE É PRODUZIDA NA PROPRIEDADE?	DE 1 A 15 %	
		DE 15 A 30 %	
		DE 30 A 50%	
		MAIOR QUE 50%	
75	COMO É FEITO O PREPARO DO SOLO?	ACIMA DE 3 PASSAGENS DE MÁQUINAS	
		USA MÁQUINAS AGRÍCOLAS PARA PREPARO DO SOLO DE 1 A 3 VEZES	
		UTILIZA A PRÁTICA DE CULTIVO MÍNIMO, PLANTIO DIRETO OU CANTEIROS FIXOS	
76	COMO É FEITO O MANEJO DA VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA?	CAPINA TUDO	
		TEM MATO, MAS NÃO MANEJA CORRETAMENTE	
		TEM MATO E MANEJA CORRETAMENTE COM A CULTURA	
77	COMO É FEITA A ROTAÇÃO DE CULTURAS?	NÃO FAZ	
		FAZ EM DESACORDO COM OS PRINCÍPIOS ECOLÓGICOS	
		FAZ DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS ECOLÓGICOS	
78	UTILIZA A PRÁTICA DE QUEBRA-VENTO?	NÃO TEM	
		SOMENTE NAS DIVISAS DA PROPRIEDADE	
		SÓ INTERNAMENTE	
		NAS DIVISAS E INTERNAMENTE	
79	UTILIZA A PRÁTICA DE ADUBAÇÃO VERDE?	NÃO USA	
		USA RARAMENTE	
		USA FREQUENTEMENTE ATÉ 3 ESPÉCIES DE PLANTAS	
		USA FREQUENTEMENTE COM MAIS DE 3 PLANTAS DIFERENTES	
80	FAZ SELEÇÃO PARA RESISTÊNCIA, PRODUTIVIDADE E ADAPTAÇÃO AO SISTEMA DE BASE ECOLÓGICA DE PLANTAS E/OU ANIMAIS?	NÃO FAZ	
		ATÉ 25% DAS ESPÉCIES	
		DE 25 A 50 % DAS ESPÉCIES	
		MAIS DE 50% DAS ESPÉCIES	
81	QUANTAS A DIVERSIDADE, QUANTAS VARIEDADES DE EXPLORAÇÕES EXISTEM NO SISTEMA DE PRODUÇÃO?	MENOS QUE DUAS	
		DE 2 A 4 EXPLORAÇÕES	
		MAIOR QUE 4 EXPLORAÇÕES	
82	FAZ CONSORCIAÇÃO?	NÃO FAZ	
		FAZ CONSÓRCIO SIMPLES DE ATÉ 2 CULTURAS	
		FAZ CONSÓRCIO MÚLTIPLOS COM MAIS DE 3 CULTURAS	
		FAZ SISTEMAS AGROFLORESTAIS	
83	FAZ INTEGRAÇÃO NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO?	SOMENTE AGRICULTURA OU SOMENTE PECUÁRIA	
		INTEGRA AGRICULTURA E PECUÁRIA EM ESPAÇOS DIFERENTES	
		POSSUI SISTEMAS AGROSILVIPASTORIS	
84	QUAL O NÍVEL DA PRODUTIVIDADES PARA A PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA DESTA UNIDADE PRODUTIVA? (ver tabela IPA Orgânicos da UL)	ABAIXO DA MÉDIA REGIONAL PARA AS 3 MAIORES EXPLORAÇÕES	
		NA MÉDIA REGIONAL PARA AS 3 MAIORES EXPLORAÇÕES	
		ACIMA DA MÉDIA REGIONAL PARA AS 3 MAIORES EXPLORAÇÕES	

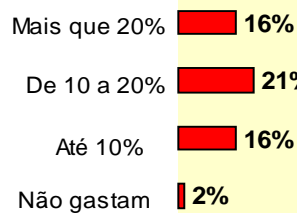
Desenvolvimento de Práticas de Produção de Base Ecológica 69



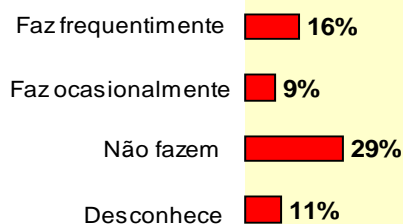
Variedades de Insumos Externos Utilizados Por Plantio 70



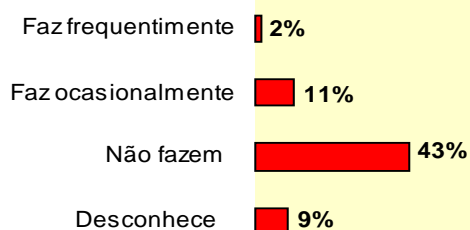
Valores Gastos com Insumos Externos na Produção 71



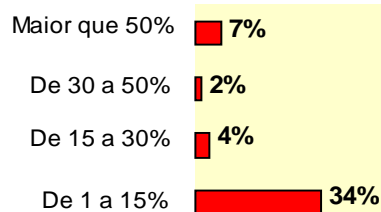
Faz Compostagem 72



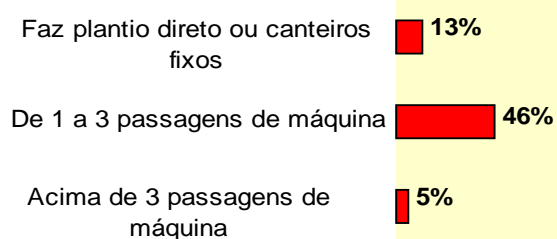
Faz Biofertilizante 73



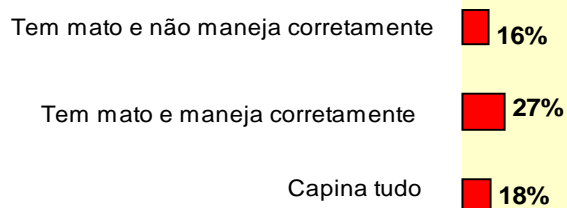
Semente Utilizada Que é Produzida na Propriedade 74

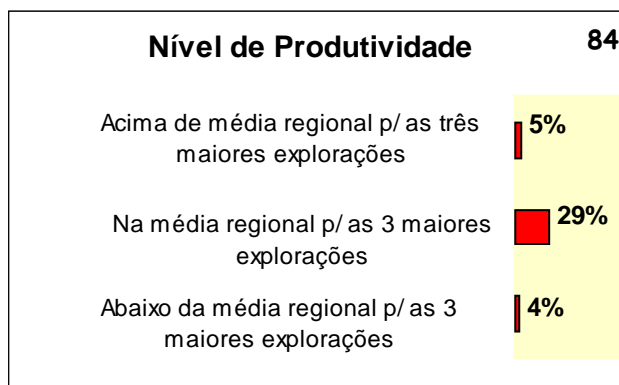
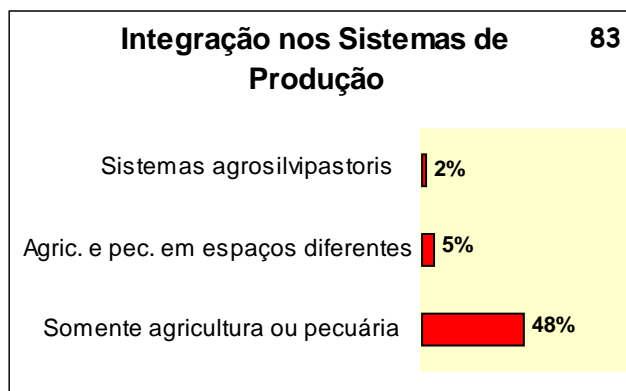
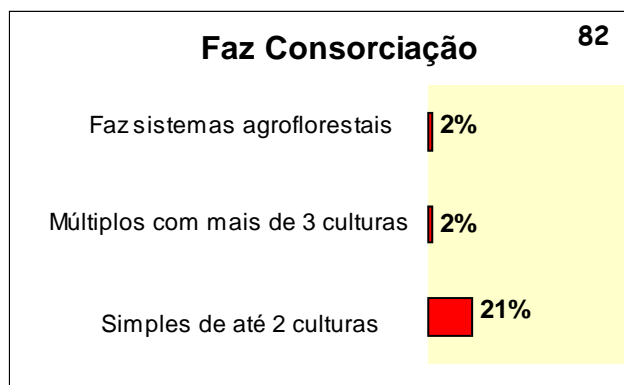
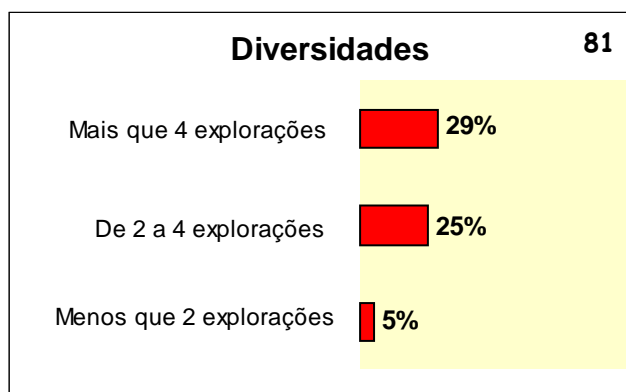
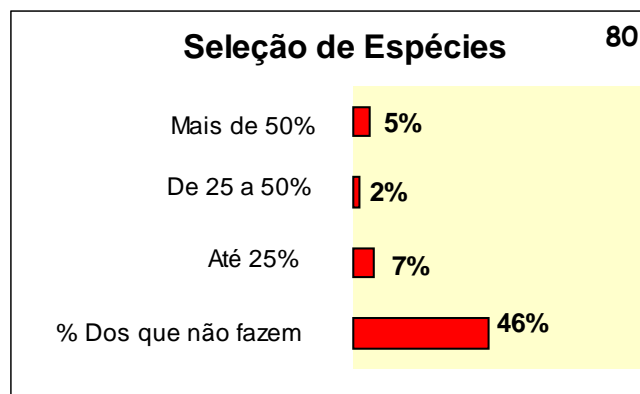
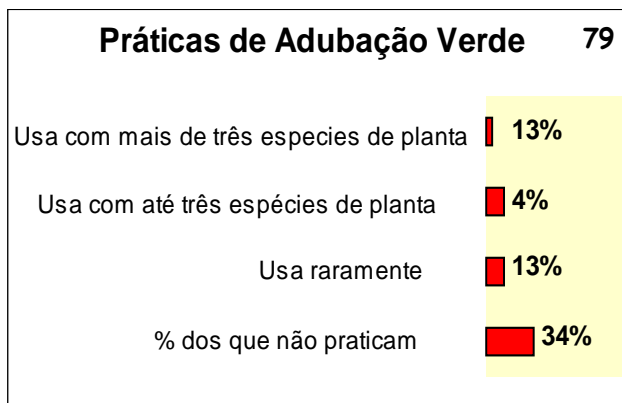
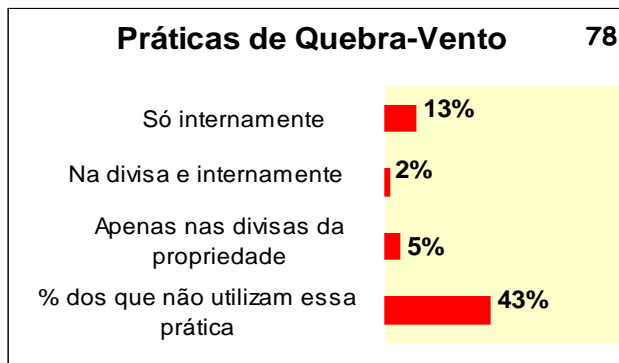
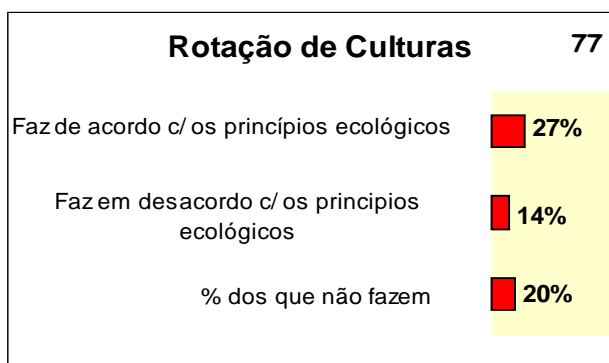


Preparo do Solo 75

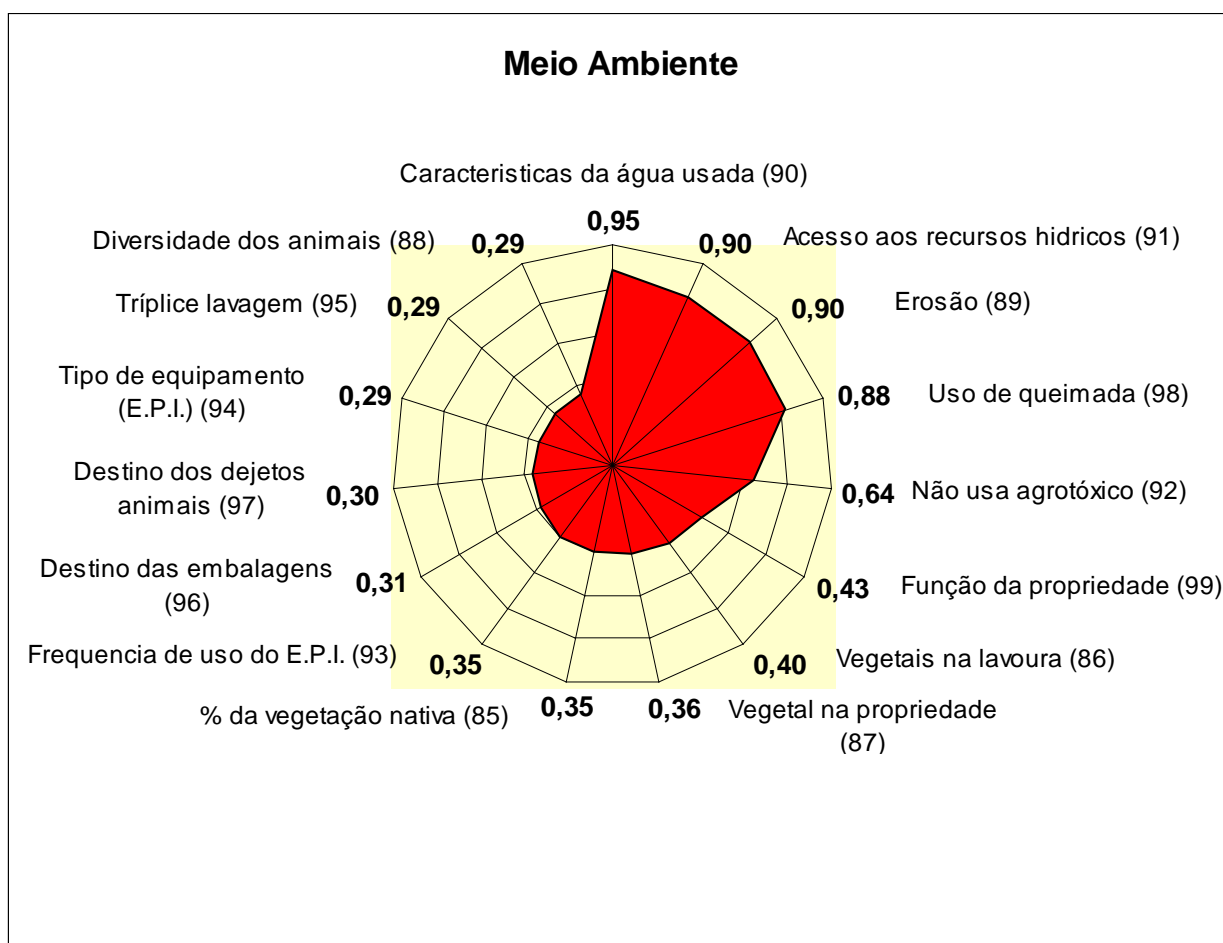


Manejo da Vegetação Espontânea 76

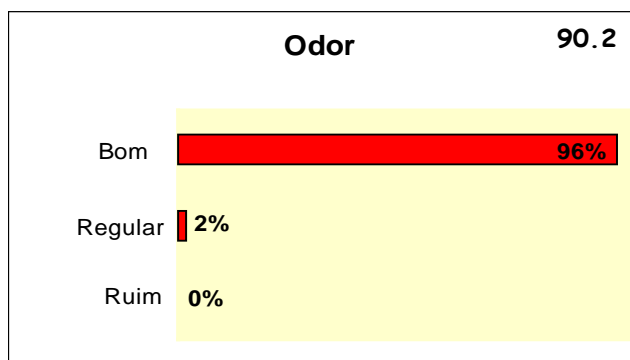
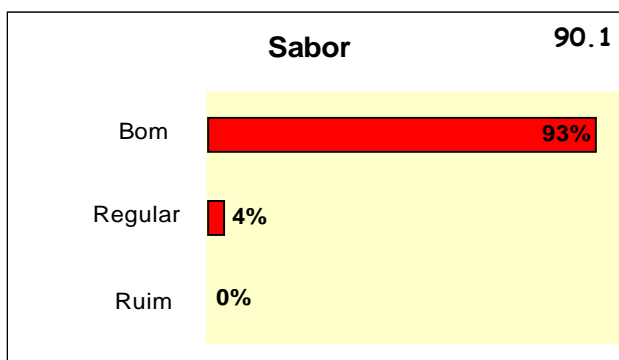
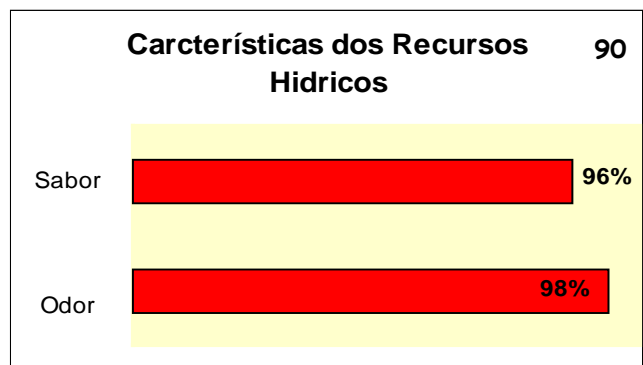
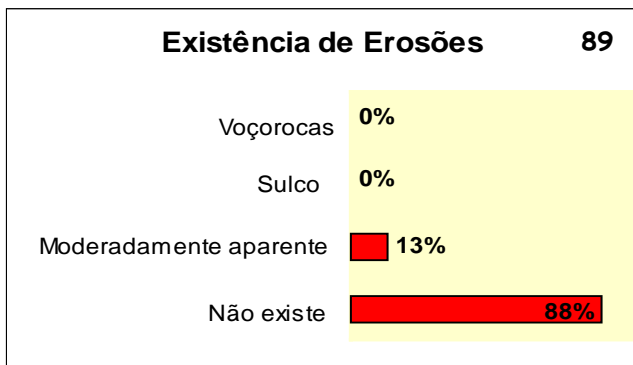
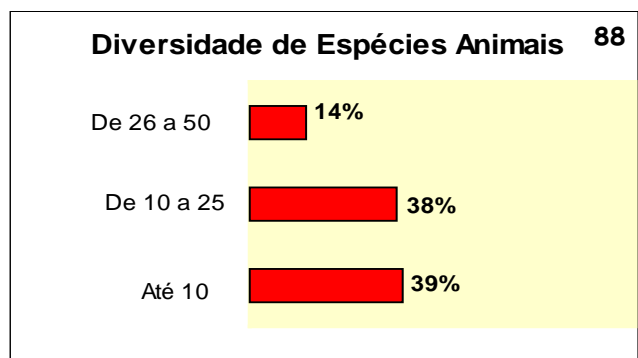
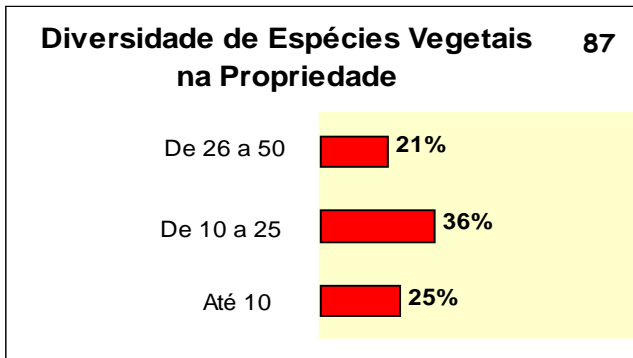
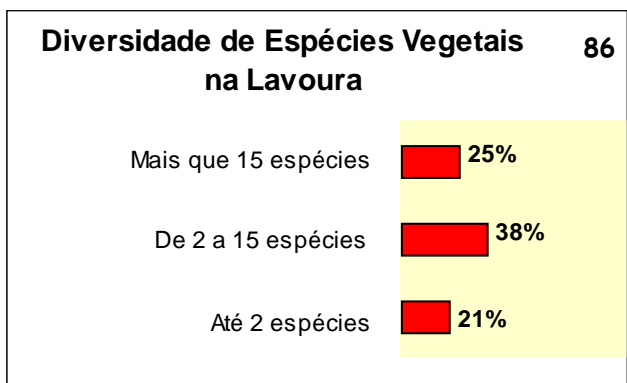
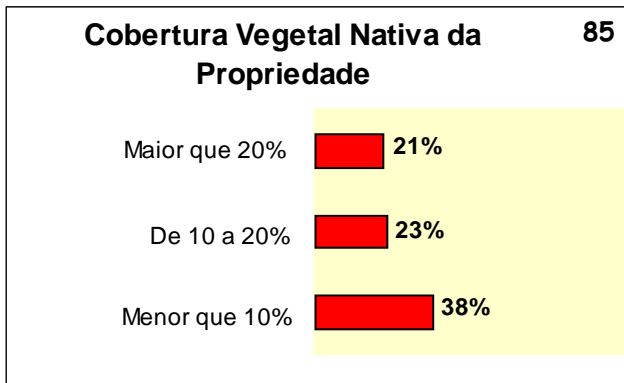




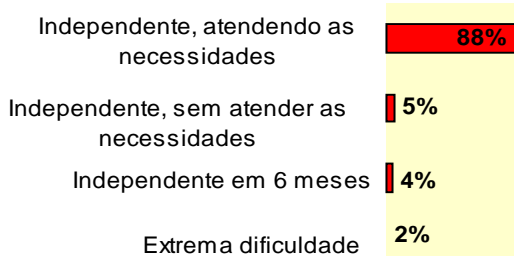
vii. MEIO AMBIENTE



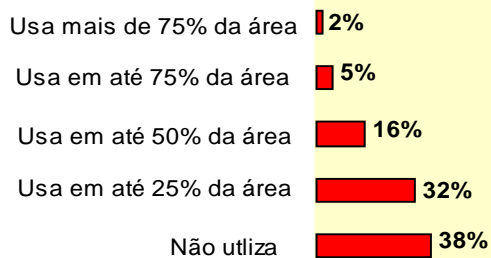
85	A COBERTURA VEGETAL NATIVA OCUPA QUE PERCENTUAL DA PROPRIEDADE?	<10		332
		10 A 20%		333
		>=20%		334
86	QUAL A DIVERSIDADE DE ESPÉCIES VEGETAIS NA ÁREA DA LAVOURA(cultivadas ou inços)?	ATÉ 2 ESPÉCIES		335
		7 ESPÉCIES		336
		15 ESPÉCIES		337
87	QUAL A DIVERSIDADE DE ESPÉCIES VEGETAIS NA PROPRIEDADE?	ATÉ 10 ESPÉCIES		338
		25 ESPÉCIES		339
		50 ESPÉCIES		340
88	QUAL A DIVERSIDADE DE ESPÉCIES ANIMAIS?	ATÉ 10 ESPÉCIES		341
		25 ESPÉCIES		342
		50 ESPÉCIES		343
89	EXISTE ALGUMA EROSIÃO APARENTE?	NÃO EXISTE		344
		MODERAMENTE APARENTE		345
		SULCOS		346
		VOÇOROCA		347
90	QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS DOS RECURSOS HÍDRICOS DISPONÍVEIS NA PROPRIEDADE?	ODOR	RUIM	348
			REGULAR	349
			BOA	350
		Sabor	RUIM	351
			EGULAR	352
		BOA	353	
91	COMO SE DÁ ACESSO AOS RECURSOS HÍDRICOS?	COM EXTREMA DIFICULDADE DE ABASTECIMENTO		354
		INDEPENDENTE EM APENAS 6 MESES		355
		TOTALMENTE INDEPENDENTE, SEM ATENDER AS NECESSIDADES		356
		TOTALMENTE INDEPENDENTE, ATENDENDO AS NECESSIDADES		357
92	UTILIZA AGROTÓXICO?	NÃO UTILIZA		358
		UTILIZA EM ATÉ 25% DA ÁREA DA PROPRIEDADE		359
		UTILIZA EM ATÉ 50% DA ÁREA		360
		UTILIZA EM ATÉ 75% DA ÁREA		361
		UTILIZA EM MAIS DE 75% DA ÁREA		362
93	COM QUE FREQUENCIA UTILIZA O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)?	NUNCA		363
		ÀS VEZES		364
		SEMPRE		365
94	O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL UTILIZADO É?	COMPLETO		366
		INCOMPLETO		367
95	FAZ A TRÍPLICE LAVAGEM DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS?	NÃO		368
		SIM		369
96	QUAL O DESTINO QUE É DADO AS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS?	INCERTO		370
		DEPÓSITO DE LIXO COMUNITÁRIO		371
		QUEIMA		372
		DEVOLUÇÃO NAS REVENDAS OU NAS CAMPANHAS		373
97	O DESTINO DADO AOS DEJETOS DOS ANIMAIS ESTÁ ADEQUADO?	SIM		374
		NÃO		375
98	UTILIZA O FOGO PARA LIPEZA DE ÁREA OU QUEIMA DE LIXO?	NÃO		376
		SIM		377
99	FUNÇÃO DA PROPRIEDADE?	PRODUÇÃO		378
		MORADIA		379
		LAZER		380
		PRESERVAÇÃO AMBIENTAL		381
		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		382
100	OS ÍNDICES DE FERTILIDADE DO SOLO ESTÃO IGUAIS OU MELHORES QUE OS INDICADOS NA PRÓXIMA COLUNA?	MATÉRIA ORGÂNICA (3,5%)		383
		FÓSFORO (50 Cmoel/L)		384
		CTC (Ca + Mg + K = 75%)		385
		V% SATURAÇÃO DE BASE (V%50)		386
		RELAÇÃO (Ca-Mg - 3,5)		387
		PH (5,6)		388
		POTÁSSIO (100 Cmoel/L)		389



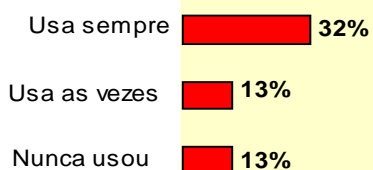
Acesso aos Recursos Hídricos 91



Utilização de Agrotóxico 92



Utilização de Equipamento de Proteção 93



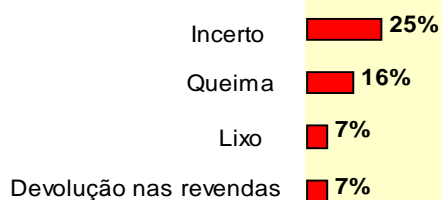
Como é o Equipamento de Proteção 94



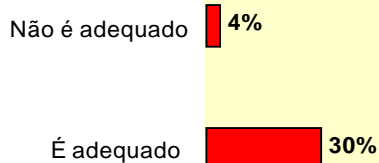
Tríplice Lavagem de Embalagens do Agrotóxicos 95



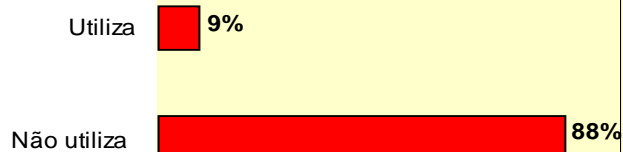
Destino Dado as Embalagens de Agrotóxico 96

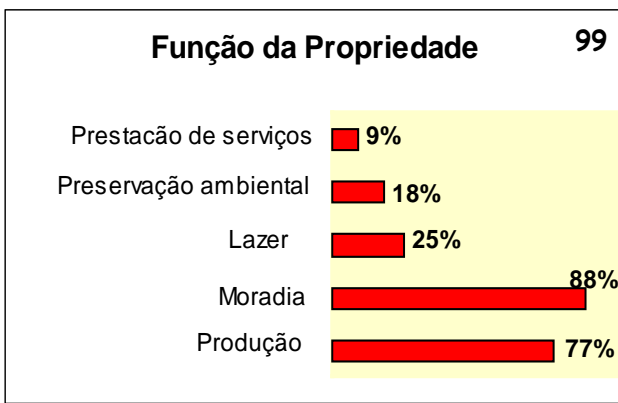


Destino Dado aos Dejetos animais 97



Utilização de Fogo para Limpeza da Área 98

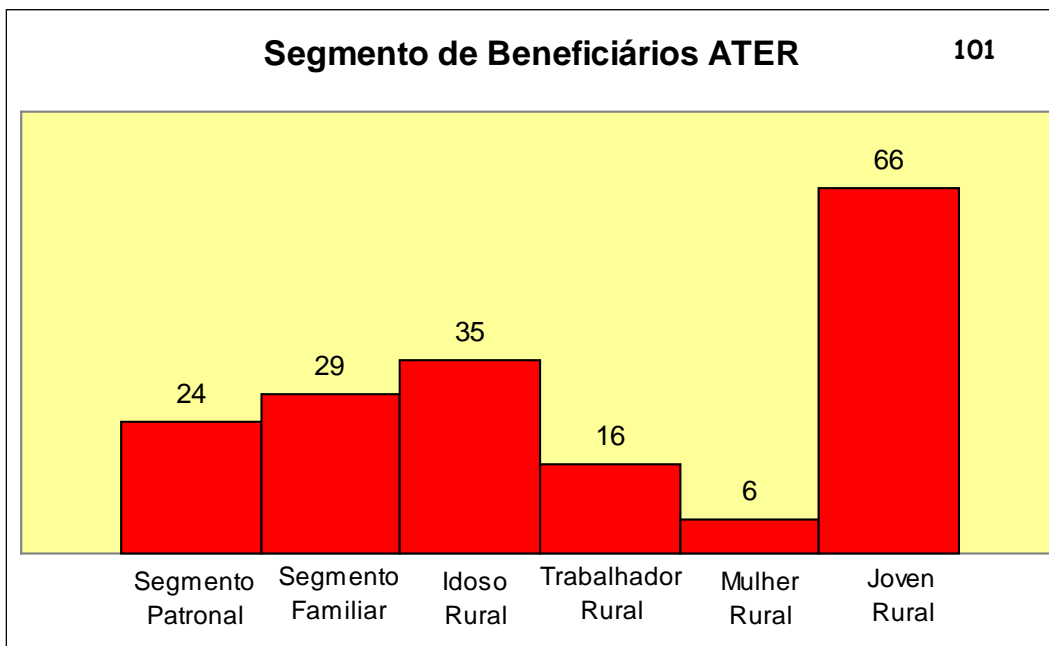




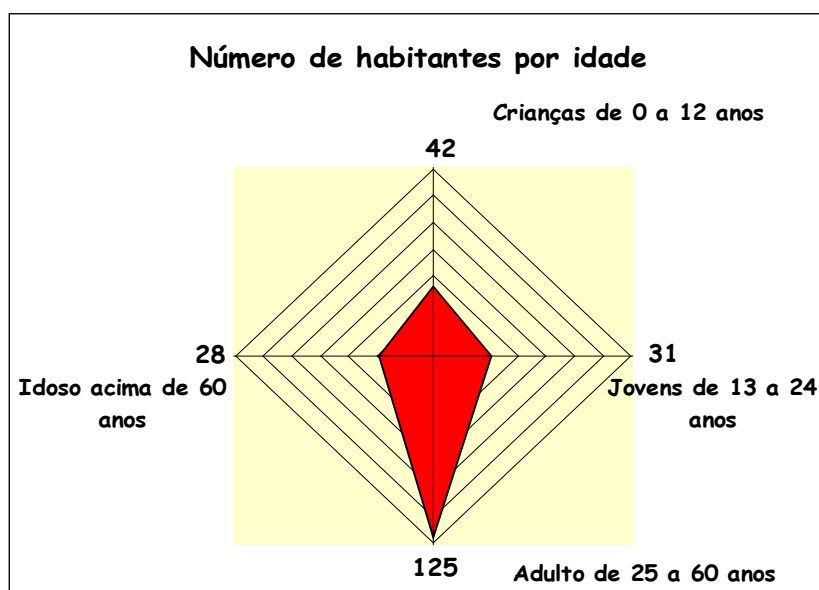
FERTILIDADE DO SOLO 100

PH	0,00
Potássio	0,00
Sat. De Base	0,00
C. T. C.	0,00
Relação Ca-Mg	0,00
Fósforo	0,00
M. O	0,00

Não foi realizada a análise de solo de cada propriedade.

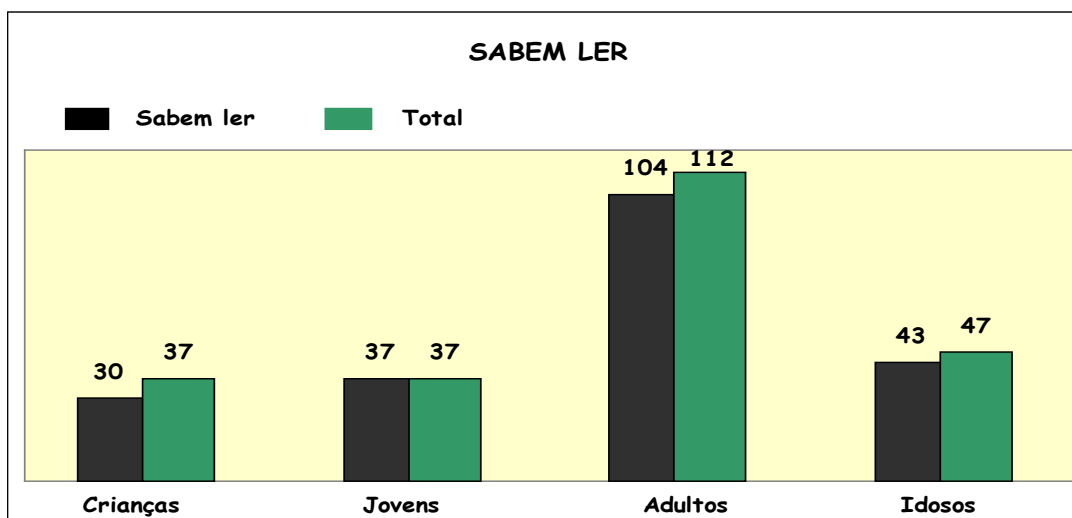


viii. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GERAÇÃO

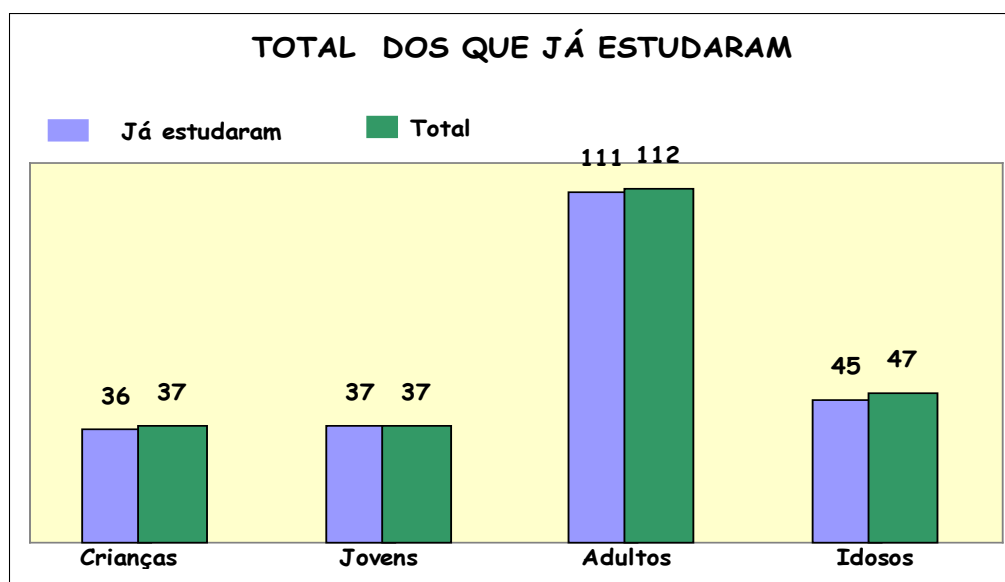


ix. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

a. ALFABETIZADOS



b. QUE JÁ ESTUDARAM



c. NÍVEL DE INCLUSÃO EDUCACIONAL POR GERAÇÃO

Siglas utilizadas:

Nº total = número total de pessoas nesta faixa etária

NFI = Nível fundamental incompleto

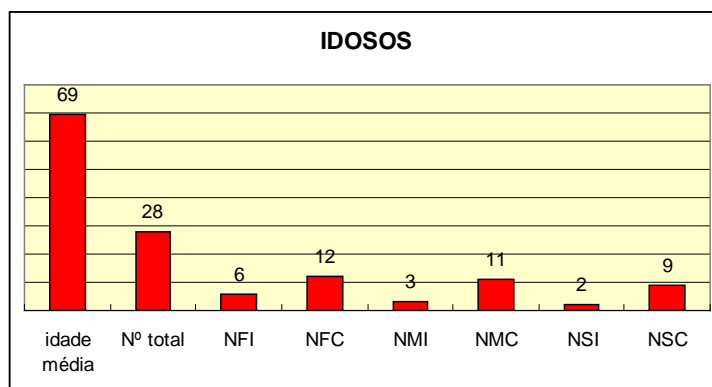
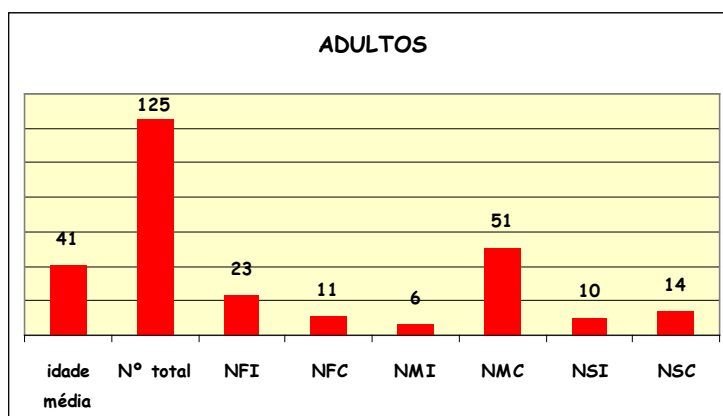
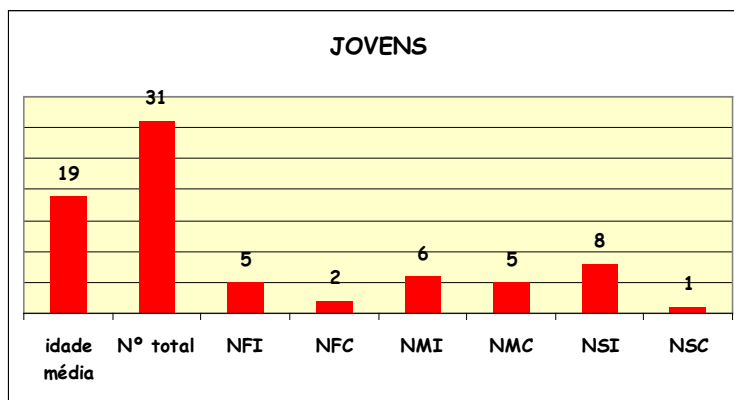
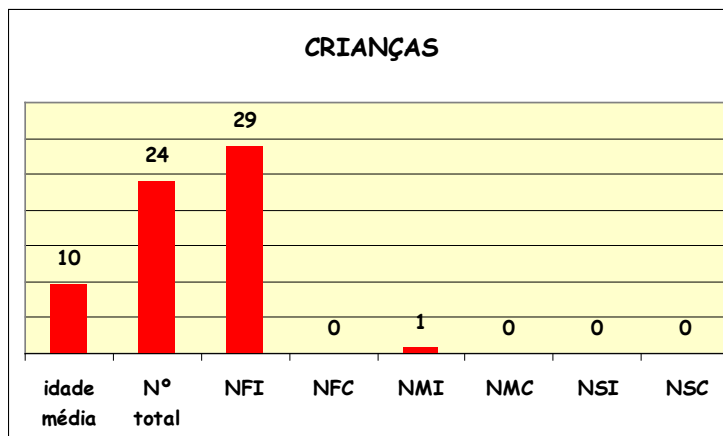
NFC = Nível fundamental completo

NMI = Nível médio incompleto

NMC= Nível médio completo

NSI = Nível superior incompleto

NSC = Nível superior completo



i) DEMANDAS PRIORITÁRIAS (FALTA O GRÁFICO DOS SONHOS)

x. ANEXOS

a. MAPA DA COMUNIDADE

Favor a equipe da UL colocar o mapa da comunidade indicando pelo menos as vias de acesso. Se tiver maiores dificuldades pode copiar do Google maps, demarcando em amarelo as suas fronteiras.

b. ENCADEAMENTO METODOLÓGICO PROPOSTO

“Não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros”.

Paulo Freire

ii) PRIMEIRO PASSO

Item	Etapa	Metodologia ou Atividade
01	Apresentação da proposta	Reunião de apresentação da proposta de encaminhamento metodológico, pelo agente de ATER, para intervenção na comunidade, às lideranças dos diversos segmentos de beneficiários para adesão de pelo menos mais de um desses segmentos.
02	Validação pela comunidade	Reunião coordenada pelo agente e pelas lideranças da comunidade, para apresentar a proposta de intervenção na comunidade com as suas etapas (do IDCR até a elaboração e gestão das políticas). Este também é o momento de levantar o número de entrevistados e verificar se a comunidade deseja contribuir com alguma sugestão, ou se tem interesse em adicionar algum tema ou indicador específico não contemplado.
03	Parceria com o laboratório de solos	Formalização de um Instrumento de Ajuste, coordenado pelo agente de ATER e de lideranças, a fim de realizar as análises das unidades produtivas que irão participar do projeto IDCR.
04	Construção da proposta	Oficina coordenada pelo agente para construir a estratégia de ação, especificando em cada etapa a metodologia que será utilizada em todo o processo do Projeto de IDCR com ênfase na gestão social.
05	Construção da planilha	Com a estratégia de ação elaborada o agente e as lideranças montam uma planilha de custo para a implementação do Projeto IDCR
06	Locação de recursos	De posse da planilha e do orçamento (pessoal, material e equipamentos), o agente e as lideranças, encaminham a proposta para o patrocinador, e solicita a aprovação e a liberação dos recursos.
07	Retorno à comunidade	É apresentada à comunidade a aprovação ou não da proposta. Caso não seja aprovada, se busca outro patrocinador. Caso seja aprovada, será verificada na comunidade a possibilidade de seus moradores, que representam os diversos segmentos, participarem do curso de capacitação de agentes de desenvolvimento e realizar a aplicação das entrevistas.

iii) SEGUNDO PASSO

08	Seleção dos agentes	Se for o caso, será realizada oficina para selecionar os agentes comunitários que irão participar do curso de aperfeiçoamento
09	Comitê Gestor	O agente de ATER solicita às lideranças da comunidade para montar um Comitê Gestor (de 3 a 6 membros) do IDCR, com membros de cada segmento de beneficiários (jovem, mulher, trabalhador, idoso, empreendedor familiar e empreendedor patronal). Uma vez instituído o Comitê, este selecionará os agentes comunitários que irão aplicar o questionário, se for o caso.
10	Liberação dos recursos	Realizar o acompanhamento da liberação dos recursos, pelo agente de ATER e pelo Comitê Gestor.
11	Capacitação dos agentes comunitários	Curso para os agentes comunitários, com enfoque nas variáveis que atuam no desenvolvimento do espaço rural, para dotá-los de maior empoderamento e capacitá-los para aplicação do IDCR, utilizando-se de exercícios práticos de entrevistas e do resgate histórico da comunidade.
12	Aplicação das entrevistas	Trabalho de campo dos agentes comunitários para preenchimento do questionário com a supervisão do agente de ATER e do Comitê.
13	Validação	Sorteio de 5% das Unidades Produtivas, para os membros do Comitê validar a aplicação dos questionários.
14	Compilação dos dados	Os dados de todos os questionários serão digitados em planilhas do IDCR, pelo responsável da atividade, com acompanhamento do agente de ATER.
15	Processamento dos dados	Após a digitação, os dados serão processados e, em seguida, será montada a apostila relatório-diagnóstico, com os gráficos gerados, o índice de desenvolvimento e o resgate histórico construído pelos moradores da comunidade. Isto representa o T0 (Tempo Zero) da comunidade para futuras avaliações (T1, T2, etc.) e elaboração do PAI

iv) TERCEIRO PASSO

16	Preparo das informações	A fim de se interar das informações contidas no relatório-diagnóstico, serão feitas antes reuniões preparatórias entre a equipe multidisciplinar de ATER e do Comitê Gestor, para construir o painel de visualização dos problemas, necessidades e oportunidades por temas, para apresentar à comunidade.
17	Restituição à comunidade	Reunião coordenada pelo comitê gestor e a equipe multidisciplinar, para planejar a restituição do resultado a comunidade. Será eleito um grupo de representantes de cada segmento de beneficiário para, em conjunto com o comitê, participar dos eventos que irão construir o PAI.
18	Elaboração do PAI (coordenação do comitê e da equipe multidisciplinar)	<p>Primeiro momento: reunião problematizadora (o que for necessário para esgotar o assunto e empoderar os participantes). É um processo de reflexão da realidade da comunidade para compreensão dos fenômenos ocorridos localmente, de forma que ocorra uma transformação dessa comunidade por meio de ações desenvolvimentistas.</p> <p>Segundo momento: oficina de eleição das prioridades (problemas, necessidades e oportunidades), sistematizadas por temas, a fim de estabelecer prioridades a partir da negociação coletiva e do conhecimento das diferentes percepções das pessoas em relação aos problemas, necessidades e oportunidades.</p> <p>Terceiro momento: construção do mapa institucional dos parceiros que vincula os problemas, as necessidades e as oportunidades, com as instituições públicas e privadas, nas três esferas de Governo.</p> <p>Quarto momento: oficina de elaboração do PAI, com base nos produtos das oficinas anteriores, utilizando-se o enfoque do PDCA.</p> <p>Quinto momento: seminário de apresentação do PAI, pelo Comitê Gestor, aos dirigentes das instituições públicas e privadas relacionadas no mapa das instituições parceiras e representantes de classe, para pactuar, por meio de documento do seminário, o apoio político-institucional às atividades demandadas pela comunidade e contidas no PAI.</p>

v) QUARTO PASSO

19	Concertação institucional	Oficina envolvendo os facilitadores político-institucionais para pactuar a construção de políticas, programas e projetos específicos, que irão dar conta de diminuir as vulnerabilidades e apoiar as potencialidades priorizadas pela comunidade.																													
20	Plano de gestão	<p>O comitê gestor irá elaborar uma proposta de controle e de acompanhamento das ações e das atividades do PAI para fomentar o empoderamento e a gestão social que poderá ser acompanhada via Internet, para maior transparência do processo e responsabilidade pública dos compromissos assumidos, políticos e institucionais.</p> <p>Planilha sugerida de acompanhamento das ações e atividades pactuadas com as instituições</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ações e atividades</th> <th rowspan="2">Custo</th> <th rowspan="2">Instituição responsável</th> <th rowspan="2">Facilitador institucional</th> <th rowspan="2">Responsável pela gestão</th> <th colspan="2">Data/prazo</th> <th colspan="3">Situação</th> <th rowspan="2">Ação corretiva</th> </tr> <tr> <th>Início</th> <th>Conclusão</th> <th>Não iniciada</th> <th>Atrasada</th> <th>Em dia</th> <th>Realizada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table> <p>O que não for pactuado deverá ser objeto de uma nova reunião problematizadora para construir novas estratégias de ação.</p>	Ações e atividades	Custo	Instituição responsável	Facilitador institucional	Responsável pela gestão	Data/prazo		Situação			Ação corretiva	Início	Conclusão	Não iniciada	Atrasada	Em dia	Realizada												
Ações e atividades	Custo	Instituição responsável						Facilitador institucional	Responsável pela gestão	Data/prazo		Situação			Ação corretiva																
			Início	Conclusão	Não iniciada	Atrasada	Em dia			Realizada																					
21	Replanejamento das atividades	O comitê gestor irá avaliar com a comunidade, no início de cada ano, os avanços e os retrocessos das ações e das atividades do PAI. Após análise e reflexão, irão buscar novas alternativas, tanto para os problemas que não foram resolvidos, quanto para os novos desafios que irão surgir. A meta será tornar a comunidade mais desenvolvida, num ciclo ascendente de acúmulo de capital humano e empoderamento, com ganhos de patamares de desenvolvimento multidimensionais, sempre aferidos pela gestão social, com base nos indicadores gerados pelo IDCR. O acompanhamento da ATER e da equipe multidisciplinar seguirá até ser dispensado pelo Comitê Gestor.																													

xi. BIBLIOGRAFIA DE APOIO

- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- GIOVENARDI, E. *Estructuras de pobreza en el agro*. Colombia, PNUD, 1993.
- GOODMAN, D, et al. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro, 1990.
- JARA, C. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília. IICA, 2001.
- KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu. Instituto Agrônômico do Paraná, 2001
- MEIRELLES, M. *Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social*. www.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/Mauro%20Meirelles%20e%20Thiago.pdf
- ORSI, S. *IDCR um instrumento de empoderamento para apoiar o desenvolvimento do espaço rural*. <http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00001635.pdf>.
- RUAS, E. et al. *Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR*. Belo Horizonte, março de 2006.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, 2000.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. *O desenvolvimento como expansão das capacidades*. São Paulo. CEDEC. Lua Nova, n.28/29. p. 313-333.1993.
- SEPÚLVEDA, S. *Desenvolvimento microregional sustentável: métodos para planejamento local*. Brasília: IICA, 2005.
- VALOURA, L. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador*. http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire.

A vontade, a coragem e a determinação
São as maiores energias do desenvolvimento;

E o poder delas é ilimitado!”

Sérgio Dias Orsi